

----- A C T A N . º  
03-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE

18 DE ABRIL DE 2008-----Aos dezoito dias do mês de Abril de 2008,  
pelas 21.00 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, para uma sessão ordinária, no  
Edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, com a seguinte Ordem de  
Trabalhos:-----

-----**1.º Ponto** - Apreciação de uma Exposição do Sr. Presidente da Câmara, acerca da actividade  
Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual  
redacção.-----

-----**2.º Ponto** - Discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão  
do ano de 2007, do Município de Torres Vedras, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei  
1 6 9 / 9 9 , d e 1 8 . 0 9 , n a s u a a c t u a l  
redacção;-----

-----**3.º Ponto** - Discussão e  
votação da 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Torres  
Vedras para 2008, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual  
redacção;-----

-----**4.º Ponto** - Discussão e  
votação dos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Actividades, do ano de 2007, dos  
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 53.º da  
Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**5.º Ponto** - Discussão e  
votação da 1.ª Revisão dos Documentos Previsionais para 2008 – Orçamento /Despesa e Plano  
Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da  
alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual  
redacção;-----

-----**6.º Ponto** - Discussão e votação da alteração ao Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de  
Torres Vedras, nos termos da alínea o) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual  
redacção;-----

-----**7.º Ponto** - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético  
e de Conservação da Fauna do Município de Torres Vedras, em cumprimento do art.º 157.º do  
Decreto-Lei 202/04, na sua actual redacção;-----

-----Presidiu, o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves  
Fortunato (Primeiro Secretário) e pela Sra. Mara Isabel Baptista Eleutério (Segundo  
Secretário).-----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passa a  
indicar:-----Alfredo Manuel Bernardes dos Reis, José Augusto Clemente de Carvalho,  
José Afonso das Neves Carneiro Santos, Laura Maria Jesus Rodrigues, João António Flores Nunes  
da Cunha, José Augusto Nozes Pires, José Manuel Rosa Correia, Marco Henriques Claudino, Ana

Elisa Pedreira Martins, Dalila do Carmo M. J. Carvalho, Jorge Henrique Horta Ferreira António João Leal da Costa Bastos, José António do Vale Paulos, José Alberto Ferreira Menino, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Gonçalo Filipe Carvalho Patrocínio, Francisco Cruz Branco da Silva, Hugo Miguel Fernandes Martins, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas, Maria João de Carvalho Franco Roque Alves, Ana Cristina de Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luís, Sérgio Armando Lopes Gomes, José Manuel Cristovão, João Francisco Mota Tomás, Paulo Jorge Marques Marreneca, Francisco João da Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, Nuno Ricardo Nunes Pereira, José Manuel Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, José António Margaça, Horácio Orlando da Silva, João António Gomes Varela, António Paulo Veloso Martins Bento, Mário Manuel Jesus Miranda, António Filipe Narciso dos Santos, Carlos Alberto Lopes Veloso, Susana Maria Ribeiro Neves, Rui José Prudêncio, Ana Rita Pereira Antunes e Joaquim Manuel de Oliveira Gomes.-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rita João Maya Gomes Sammer, Carlos Manuel Antunes Bernardes, Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida A. M. Clímaco Umbelino e Joaquim Alberto Caetano Dinis.-----

**LEITURA** **DA**

**CORRESPONDÊNCIA:**-----O primeiro secretário, Sr. António Fortunato passou a ler a correspondência recebida pela mesa, tendo os documento sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

Anota-se que foram numerados 8 documentos que a seguir se indicam: -----

**DOCUMENTO**

**1:**-----Presente ofício número 4611, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 26 de Março último a dar conhecimento de informação remetida pelas Estradas de Portugal S.A, sobre a EN9 que se encontra em fase de concurso, tendo a abertura das propostas ocorrido no dia 30.10.2007, e cuja intervenção tem um prazo estimado de 365 dias, a contar da data da consignação, que ainda não se encontra agendada.-----

**DOCUMENTO**

**2:**-----Presente E-mail do deputado da Assembleia da República, Feliciano José Barreiras Duarte, de 14 de Março último, a enviar documentos que formalizam as queixas que foram apresentadas na Provedoria de Justiça e na Procuradoria Geral da Republica relativas a matérias que tem a ver com a Linha de Alta

Velocidade (TGV) no traçado entre Lisboa e Porto.

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI  
169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:

DOCUMENTO

3:-----Presente e-mail de António Carlos Nunes Carneiro, de 16 de Abril, a informar que por motivos pessoais não poderá estar presente, e a solicitar a sua substituição ao abrigo da legislação em vigor.-----Foi convocada Susana Maria Ribeiro das Neves que se encontrava presente-----

DOCUMENTO

4:-----Presente e-mail de Luís Pedro Saldanha Miranda, de 16 de Abril, a informar que estará ausente de 17 a 19 de Abril, solicitando a sua substituição nos termos da lei em título.-----Foi convocado Rui José Prudêncio que se encontrava presente.-----

DOCUMENTO

5:-----Presente e-mail de Pedro Ribeiro Mucharreira, de 16 de Abril, a informar que por motivos pessoais, não vai poder estar presente na sessão pelo que solicita a sua substituição, nos termos legais.-----  
-----Foi convocada Ana Rita Pereira Antunes que se encontrava presente.-----

DOCUMENTO

6:-----Presente e-mail de Paulo Gonçalves, de 18 de Abril, para informar que por compromissos profissionais não poderá estar presente na sessão, pelo que solicita a sua substituição ao abrigo da lei em título.-----  
Foi convocada Cacilda da Silva Costa.-----

DOCUMENTO

7:-----Presente e-mail de Cacilda da Silva e Costa, de 18 de Abril, a informar da sua impossibilidade de estar presente a solicitar a sua substituição nos termos legais.-----Foi convocado Joaquim Manuel de Oliveira Gomes que se encontrava presente.-----

JUSTIFICAÇÃO DE

FALTAS:-----Presente e-mail de José Augusto Clemente de Carvalho, de 3 de Março, a justificar a sua falta à sessão ordinária de 29 de Fevereiro último, por motivos de saúde-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento de toda a correspondência recebida e a Mesa da Assembleia Deliberou aceitar a justificação de falta apresentada.-----

-----Teve início o Período Antes da Ordem do dia.-----

**APRESENTAÇÃO DAS ACTAS ANTERIORES:**

-----O Sr. Presidente da Mesa informou que a acta n.º 1 de 15 de Fevereiro do corrente e que foi previamente distribuída por todos os membros, encontrava-se na mesa a fim de se efectuarem eventuais correcções.-----

-----O **Sr. Sérgio Jacinto** solicitou uma correcção a fls 89, onde se lê “e só pecou por tardia.” deve ler-se “e só pecou por tardio o seu encerramento”.-----

-----A Assembleia Municipal aceitou a correcção efectuada e tomou conhecimento.-----

-----Teve início o Período Antes da Ordem do Dia.-----

**CERIMÓNIA COMEMORATIVA DO BICENTENÁRIO DAS GUERRAS PENINSULARES**

**– 2 DE ABRIL EM TORRES**

**VEDRAS:**-----O Líder do Grupo

Municipal do Grupo Municipal do Partido Socialista, **Sr. José Augusto de Carvalho** saudou a realização das cerimónias em título, realçando a forma digna e prestigiante como decorreram, envolvendo a presença das entidades autárquicas, o Sr. Presidente da Assembleia da República, representantes da Comissão Parlamentar da Defesa Nacional e o Sr. Chefe de Estado-Maior do Exército.-----

-----Deu nota ainda que ficou agradavelmente impressionado com o bom estado de conservação do Forte de S. Vicente e da capela.-----

Reforçou que as linhas de Torres, para além de um factor de identidade torriense, são um quadro promocional de Torres Vedras e da sua região, e fez votos para que a pretensão de requalificação e promoção das linhas de Torres como factor histórico e turístico, continue na agenda, e que o município de Torres Vedras e os demais municípios envolvidos obtenham os apoios que esta iniciativa bem

justifica.-----No

seguimento desta intervenção o **Sr. Flores da Cunha** disse que o Forte de São Vicente foi o principal baluarte das Linhas de Torres e apesar de actualmente estar num bom estado de conservação, merece maior

visibilidade.-----Fez notar que a sua

parte virada a norte, que era o seu lado principal, está completamente invisível por causa de um pinhal/eucaliptal que se encontra nas imediações.-----Assim, reforçou que

antes de se comemorar o 2.º centenário das Linhas de Torres, o Forte de S. Vicente deve estar

visível, e a Câmara deve desencadear os procedimentos necessários para o desbaste do local em causa.-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que os terrenos citados, não são propriedade da autarquia, mas vão ser cedidos no âmbito de um loteamento já aprovado para a Quinta de Santo António, estando em curso negociações com o promotor para a requalificação destes terrenos. Uma vez efectivada esta urbanização, a Câmara deverá receber os terrenos já requalificados, o que espera que seja em breve.-----A

Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**CANDIDATURAS AO QUADRO REGIONAL DE ESTRATÉGIA NACIONAL:**-----

O *Sr. José Augusto de Carvalho* saudou a celebração dos contratos de financiamento entre o município e as entidades gestoras do QREN, que teve lugar em Abrantes.-----Deu nota que dos onze contratos celebrados no contexto geral no Oeste, cinco foram atribuídos a Torres Vedras, e foram recolhidos por mérito próprio numa cota positivamente desproporcionada.-----Deu nota ainda que os contratos são alusivos a um centro educativo no Outeiro da Cabeça, e os quatro restantes, para instalações EB1/Jardins de Infância de Santa Cruz, Boavista/Olheiros, Barro e Conquinha.-----

-----Terminou salientando o mérito do Executivo e saudou na pessoa do seu Presidente este passo importante, caminho que importa prosseguir.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**PETIÇÃO EM DEFESA DA PRAIA AZUL – COMISSÃO CONCELHIA DO PCP:**-----

**CONJUNTO TURÍSTICO “SIZANDRO VILLAGE RESORT”, SITO NA PRAIA AZUL, FREGUESIA DE SILVEIRA:**-----

-----O *Sr. José Augusto de Carvalho* manifestou o seu desagrado e protesto com a petição em título, porque o bom nome dos membros da Assembleia e o bom nome do órgão é algo que, em todas as circunstâncias, todos devem procurar defender.-----Assim reforçou que a Assembleia Municipal, na sua sessão de 20 de Dezembro declarou Interesse Municipal a um empreendimento turístico nas proximidades da Praia Azul, mas os peticionários, faltaram à verdade quando tornaram publico que essa deliberação tem pressupostos que estão enunciados falsamente.-----Disse que a concelhia do PCP refere no documento que os terrenos em causa estão classificados como RAN e os colegas, representantes do PCP nesta Assembleia Municipal, sabem que foi deliberado com salvaguarda dos terrenos da RAN, mesmo para o campo de golf, consagrando que tal ocupação só

será possível, com parecer favorável da Comissão Regional Agrícola do Ribatejo e Oeste.-----

-----Iguamente invocaram falsamente o risco da ocupação da REN, porque a Assembleia salvaguardou na deliberação de forma inequívoca, que emitiam o voto com a ressalva da não ocupação destes terrenos.-----Disse

também que petição invoca a ocupação da rede natura, o que considera muito grave e atenta contra o bom nome do Órgão Deliberativo, e tem que merecer o repudio de todos.-----Prosseguiu declarando que as falsidades continuaram, porque dizem que o terreno se encontra abrangido pelo POOC, mas a deliberação tomada, ressalva este aspecto. A Assembleia Municipal deliberou com a condição de não ocupação de área abrangida pelo POOC.-----Deu nota que esta petição ainda refere que não foi apresentada nenhuma proposta de ocupação, nem foi feita referência ao número de camas, quando colegas do PCP sabem muito bem que a deliberação favorável da Assembleia foi condicionada à aprovação de um plano de pormenor, e ainda condicionada ao respeito pelas condições do n.º 2 do art.º 130.º do PDM.-----

Nesta sequência disse que não concebia que não tenham tido a preocupação de, antes de desencadear esta iniciativa, perceber verdadeiramente o alcance deste artigo, que regula densidades, cércea, meios complementares de alojamento, como também não concebia que não saibam, o que é um plano de pormenor, o qual, para além de ir à exaustão na pormenorização das ocupações previstas, não entra em vigor, sem passar por este órgão.-----

Finalmente, alertou que nesta petição, também ignoram que a Assembleia condicionou a sua deliberação a uma avaliação impacte ambiental.-----Para finalizar, salientou que

elencou uma série de condicionantes que caracterizam demonstradamente uma deliberação prudente, ponderada, ao contrário do que se faz querer através do que se lançou na opinião pública.-----Classificou a petição de

infeliz, demagógica, falsa, inaceitável, mas ainda duplamente inaceitável por atentar contra a imagem dos órgãos autárquicos e particularmente contra a imagem deste órgão que lhes cumpre defender.-----O Líder do Grupo

Municipal do Partido Social Democrata, **Sr. Alfredo Reis** manifestou o seu total acordo com a intervenção anterior.-----Acrescentou

que entretanto foi colocado no parque dos Casalinhos uma lona que diz ” não há destruição da Praia Azul”, que leva o munícipe que não tenha conhecimento da petição, a pensar que algo de mau se está a passar naquela praia, o que não é verdade. Lamentou que esta situação, para além de visar o promotor em causa, também afecta outros promotores com actividade neste local que precisam de

vender e esta faixa não os vai ajudar nada.-----Para complementar a intervenção do interlocutor anterior, apelou ao PCP para, pelo menos, retirar esta lona do local onde está exposta, porque está a transtornar terceiros que não têm nada a ver com este assunto.-----**OSr. Nozes Pires**, começou por referir-se ao facto de o membro José Augusto de Carvalho ter classificado a atitude do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária como um conjunto de falsidades e um atentado à imagem da Assembleia Municipal de Torres Vedras.-----Disse que não levaria para uma questão pessoal, porque é uma questão política, de convicções de filosofia, de doutrinas, e por vezes também têm opiniões diferentes dentro do partido da Coligação Democrática Unitária, mas neste caso concreto a bancada estava de acordo com PCP.-----Por conseguinte indicou que não mudaria o que afirmou na declaração de voto, que contém as posições, críticas, receios e o voto contra da CDU. Se a situação se alterou, será o primeiro dentro do PCP a propor qualquer alteração desta atitude. Como a situação não mudou desde que a Assembleia deliberou, o membro não pode classificar de falso ou com qualquer outra linguagem, uma declaração de voto vinda de uma bancada que tem todo o direito e legitimidade para apresentar p r o p o s t a s e v o t a r c o n t r a propostas.-----Susteve que o membro José Augusto de Carvalho não tem qualquer legitimidade para pôr em causa a legitimidade dos outros. A petição contém o fundamental do que foi dito na declaração de voto e o colega, como deputado da nação, seria com certeza o primeiro a respeitar as declarações de voto e as atitudes.-----Fez referencia ao facto do membro ter usado em toda a argumentação o verbo “salvaguardar” e “condicionar”, sendo precisamente contra estes verbos que tomaram esta decisão. Não têm a confiança optimista que o colega tem, e não confiam nessas salvaguardas, nesses condicionalismos e p o r i s s o v o t a r a m contra.-----Tinham todo o direito, em democracia, de colocar *online* ou nos jornais, as petições que entenderem. É legítimo, é democrático, e não há uma palavra na petição que ofenda alguém.-----Disse ainda que se a petição estraga algum negócio, de pessoas que legitimamente têm o direito de investir e de fazer lucros, são consequências, mas não ofenderam ninguém. Nem na petição nem na declaração de voto meteram em causa as boas intenções do edil, as quais respeita.-----Reforçou que a petição refere constantemente o que consta nos documentos que foram distribuídos aos membros da Assembleia para apreciação do interesse municipal, tal como a sua localização que indica que os terrenos onde se pretende intervir encontram-se localizados no PDM em vigor, encontra-se igualmente abrangido pelo POOC, etc.-----Lembrou que o

colega pode propor à Assembleia o que quiser, dado que tem a maioria socialista, mas não pode propor votos que tenham a entoação moral de que a CDU anda a difamar.-----O Partido Socialista pode tomar as posições que entender, que a CDU está presente e firme a defender a sua posição, mas numa linguagem política. Estão contra, pelas consequências que já afirmaram, não estão de acordo, não confiam e querem a Praia Azul requalificada, mas não para um *resort* com aquelas características. Não estão de acordo, jamais e nunca mudarão o “jamais”.-----

-----Por último declarou que este Executivo tem condições, para fazer uma requalificação, paisagística daquela zona para toda a população usufruir. Um *resort* com aquelas características, com o número de camas indicado está contra, e não há nada pessoal nesta posição.-----

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** disse que invocar que este assunto tem contornos pessoais era insólito. Como é óbvio não tem. Não é a pessoa do membro Nozes Pires, n e m a s u a , q u e e s t a v a e m causa.-----

-----Concordava que qualquer um tem o direito inquestionável de não concordar com a localização de um empreendimento turístico situado seja onde for e não assiste a ninguém qualquer legitimidade para, por em causa, esse direito de discordância. O direito de discordância e o direito de crítica relativamente a opções urbanísticas, é algo que ele nunca porá em causa.-----

-----No entanto fez notar que não era desta questão que estavam a lidar, mas tratava-se de respeitar ou não a verdade factual. Teria gostado se o membro Nozes Pires, tivesse demonstrado, quando invocou que o PCP recorreu a falsidades, que não e que na petição f o r a m f i e i s à v e r d a d e d o s f a c t o s , o q u e n ã o aconteceu.-----

Reafirmou que a petição posta a circular em defesa da praia azul pelo PCP contem falsidades, o que é distinto de concordarem ou não e esta Assembleia Municipal ratificou o interesse municipal, nas seguintes condições: respeitar o definido no PDM, nomeadamente o n.º 2 do artigo 130º do seu regulamento, bem como a demais legislação, ser sujeita a Plano de pormenor; a não ocupação de espaços de Reserva Ecológica Nacional, inclusive com o campo de golfe; a ocupação de espaços de Reserva Agrícola Nacional com o campo de golfe que carece de parecer da CRARRO; a não ocupação da área abrangida pelo POOC e rede Natura 2000; a obrigatoriedade de compensação pela não cedência ao domínio público de espaços verdes e de equipamento, a calcular de acordo com o regulamento municipal, por se tratar de uma operação semelhante a um loteamento; apresentar estudo de impacte ambiental; a necessidade de manter os caminhos que atravessam a propriedade e que servem os outros terrenos; obtenção de parecer favorável da ANA e do Director do Aeródromo; obtenção de parecer da CCDRLVT, devido à ocupação das linhas de água; cumprimento integral das condições do Estudo de Tráfego; cumprimento integral do diploma das acessibilidades, DL

163/2006 de 8 de Agosto; cumprimento integral do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação; um futuro licenciamento ou informação prévia estará sujeito a pareceres favoráveis da CCDRLVT e da DGT, nos termos da legislação aplicável, e que deverá ser precedido da elaboração e entrada em vigor do Plano de Pormenor referenciado na alínea f) do n.º 2 do artigo 130º do Regulamento do Plano Director Municipal.-----

Deste modo questionou porque é que o PCP na petição insinua, induz o cidadão menos informado, a que todas estas condições podem ser postas em causa ou subvertidas. Não foi uma atitude aceitável, põe em causa o bom nome de quem deliberou nas condições ponderadas e prudentes em que o fez.-----

----Pedi o uso da palavra o **Sr. Joaquim Gomes** que começou por dizer que ficou nervoso com a intervenção do membro José Augusto de Carvalho porque os elementos da Coligação Democrática Unitária e os do PCP não são mentirosos.-----

Quando à alusão que a petição só contém falsidades, lembrou que se basearam num parecer da DGU que consta no processo, e como tal não deviam ser só falsidades e a palavra usada foi muito forte.-----

----Lembrou também as dúvidas registadas nas intervenções de membros do Partido Socialista, Luís Miranda e Jorge Ferreira, de que o empreendimento turístico em causa não se trata de um projecto imobiliário encapotado de projecto turístico, aquando da discussão deste assunto em 20 de Dezembro do ano transacto.-----

Em relação aos campos de golf citou parte da afirmação do arquitecto Gonçalo Ribeiro Teles, pessoa bastante avalizada nesta área, veiculada no Frenteoeste do dia 29 de Março de 2007 “paisagem que deixou de ser natural, para passar a ser artificial, criada pela imagem dos campos de golf”.-----

----Para terminar afirmou que o PCP está representado no Órgão Deliberativo não para defender os interesses pessoais, mas para defender os interesses públicos.-----

O membro **Flores da Cunha** lembrou que quando discutiram o interesse municipal em questão, interveio antes da Bancada da CDU tendo dito que votaria contra, e justificando as suas razões. -----

Referiu que subscreveu a petição da Coligação Democrática Unitária e não é comunista, mas erigir um empreendimento turístico em zonas arenosas, próximo do POOC, próximo de uma zona de protecção total, é de ter em consideração.-----

Lembrou que estão previstas no PDM que entrou em vigor recentemente, 11 zonas turísticas, mas os empreendedores

não querem construir aí e preferem outros locais sem essa classificação e para o qual necessitam de declaração de interesse municipal.-----Assim, questionou se os técnicos que elaboraram o PDM, não se sentirão menosprezados por os empreendedores escolherem zonas para além das previstas por eles, assim como se os membros da Assembleia Municipal, não se sentirão menosprezados por terem aprovado um PDM que não considerava zonas turísticas, que parece que só os empreendedores sabem encontrar.-----No entanto também ele admitia que se considerassem empreendimentos turísticos nas freguesias menos desenvolvidas, mas ninguém quer construir na Carvoeira, Dois Portos, Runa, Carmões etc.----- Também o **Sr. Presidente da Câmara** pronunciou-se sobre esta assunto, começando por elencar todas as condições que o promotor tem que respeitar para que seja declarado o interesse municipal, as quais já tinham sido enumeradas pelo membro José Augusto de Carvalho na sua intervenção.-----Fez notar que a deliberação da Câmara Municipal é igual à da Assembleia Municipal e o que consta na petição é o contrário porque diz que a autarquia aprovou o interesse municipal em cima de RAN, REN, POOC, Rede Natura, pondo em causa os acessos, o que é falso.-----Informou que enviou um ofício ao PCP solicitando que retirassem esses considerandos da petição, não a petição, que é legítima. À data ainda não tinha recebido resposta.-----No entanto esperava que aclarassem a situação, até porque não está em causa o sentido de voto, nem o direito de peticionar, mas sim o facto de serem verdadeiros ou não os pressupostos que justificam essa petição.-----A

Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**CARNAVAL DE TORRES VEDRAS – 2008 - SITE DO CARNAVAL:**-----

-----O **Sr. Alfredo Reis** apresentou os parabéns à Câmara pelo Carnaval, o qual entende que está cada vez melhor e com mais notoriedade.-----Expressou também os seus parabéns ao organizador do evento, a Promotorres, e na qualidade de confrade agradeceu o apoio e colaboração desta empresa, não só da sua administração como do seu Director Executivo, Sr. Sérgio Lopes, os quais foram incedíveis no apoio à Confraria.-----Por último, e tendo presente que numa sessão anterior tinha sido bastante crítico com o site do Carnaval, agora tinha que salientar que o mesmo está espectacular e dignifica o Carnaval e os torrienses.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**OBRAS DE RECONVERSÃO DA ORLA COSTEIRA DE SANTA CRUZ – II**

**FASE:**-----O membro **João Bastos** reportou-se a uma notícia veiculada no Jornal Badaladas sobre a adjudicação das obras em título, para solicitar que o edil fizesse uma breve descrição das



ambiente.-----Referiu ainda que existem muitos problemas para resolver, os quais vão ser dados a conhecer a este órgão, através de um relatório que estão a elaborar, para depois o mesmo ser encaminhado para quem de direito.-----

Aproveitou para solicitar ao senhores presidentes de Junta de Freguesia que estão em falta, os levantamentos da freguesia que presidem, no sentido da comissão ultimar o relatório final o mais rapidamente possível, de modo a que, ainda durante o presente mandato se possa avançar no bom sentido.-----

-----Por último agradeceu à Bancada da Coligação Democrática Unitária a sua nomeação para esta comissão, assim como ao Presidente da Assembleia Municipal a sua nomeação para coordenador da mesma. Agradeceu também a colaboração das colegas Laura Rodrigues e Dalila de Carvalho, com as quais apraz trabalhar, e sabem viver em democracia, sem quezílias e com sentido construtivo.

-----Interveio de seguida outro elemento da comissão, o membro **Laura Rodrigues**, para salientar a atribuição do galardão “Bandeira Verde Eco XXII” ao município de Torres Vedras.-----Deu nota que dos 27 municípios que concorreram, 23 conseguiram obter este galardão, o qual pretende premiar as boas práticas ambientais e de sustentabilidade do concelho, que são avaliados segundo parâmetros tais como a conservação da natureza, educação ambiental, agricultura, turismo, qualidade das águas, existência de ruído, etc.-----

-----Assim, salientou que, se por um lado existem no concelho alguns problemas ambientais por resolver, tal como foi mencionado pelo colega José Menino, por outro, também existem boas práticas ambientais, as quais proporcionaram a Torres Vedras a atribuição pela 2.ª vez consecutiva deste galardão.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino** aproveitou para lembrar as comissões em actividade para ultimarem os seus trabalhos no sentido de que os mesmos possam ser apresentados ao Órgão Deliberativo em Junho.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

### **PROJECTO FINICIA – OESTE NO CONCELHO DE TORRES VEDRAS:**-----

-----O **Sr. Flores da Cunha** assinalou a assinatura do protocolo financeiro e de cooperação às pequenas e médias empresas entre a autarquia e vários promotores, com uma linha de crédito bastante atractiva e *spread* relativamente baixo.-----

-----No entanto fez notar que a Lisgarante, uma das empresas envolvida, apresenta como condição, quem concorrer, ter que subscrever as suas acções proporcionalmente ao empréstimo, e questionou qual o capital social e qual o valor das acções desta sociedade.-----O membro **José**

*Correia* pronunciou-se sobre este assunto, salientando que se trata de uma excelente oportunidade de micro crédito para as empresas do concelho.-----Salientou ainda o trabalho desenvolvido por parte da autarquia com uma política de apoio à actividade de natureza individual ou às pequenas empresas, uma vez que se trata dos maiores empregadores do país: o auto emprego e as pequenas empresas.-----Relativamente à questão colocada pelo colega da Cunha sobre a Lisgarante esclareceu que se trata de uma empresa mutualista, na qual os financiamentos têm de ser assegurados por uma participação dos concorrentes, que se tornam sócios e subscrevem o capital.-----Deu nota também que esta empresa tem como sócios os cinco maiores bancos e o IAPMEI.-----Também o *Sr. Presidente da Câmara* abordou este assunto, para esclarecer que o Finicia é um projecto do IAPMEI, que tem parceiros privados e públicos. O facto da Lisgarante, uma instituição privada que garante o empréstimo ser uma mutuária, obriga a este mecanismo.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **RURALIDADE DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE TORRES**

**VEDRAS:**-----O *Sr. Hugo Martins* deu nota que os serviços centrais do Ministério da Agricultura, colocaram as freguesias do concelho como não rurais, facto que impede os agentes económicos e públicos locais de se candidatarem ao 3.º e 4.º eixo do novo quadro comunitário.-----Considerava que se tratava de um erro grosseiro, uma vez que existem 8 freguesias no concelho que cumprem todos os critérios para serem rurais e ainda mais 4 que se aproximam, tendo em conta que estavam a falar do maior programa de investimento dos próximos anos.-----Tendo conhecimento que a Câmara já foi contactada pelas diversas associações do sector e que já encetou algumas medidas, a sua intervenção vinha no sentido de reforçar essa posição.-----Por último salientou que estão em causa cerca de 75% a fundo perdido de financiamento, aos quais estão impossibilitados de concorrer, citando o Município do Pombal que tem freguesias rurais e não rurais, o qual Torres Vedras podia usar como argumento, e solicitou que a Câmara diligenciasse rapidamente no sentido das freguesias do concelho serem requalificadas.-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que se trata igualmente de uma preocupação da AMO já há algum tempo.-----Mais informou que esta situação é das que estão equacionadas no “dossier” Ota, e tudo leva a crer que a geografia do Leader Oeste, possa ser retomada nos contornos que tinha anteriormente.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **NOVA LEI QUADRO DA REGIÕES DE**

**TURISMO:**-----O *Sr. Hugo Martins* lembrou que há uns meses atrás apresentou na Assembleia Municipal uma moção, sobre o que considerava ser a perda de

importância da RTO, traduzida na sua nomenclatura de Polo de Desenvolvimento do Turístico.-----Assim, reforçou que passados alguns meses o tempo deu-lhe razão e até o seu interlocutor nesse debate, o membro António Carneiro, veio a público dizer que infelizmente as preocupações do Partido Social Democrata tinham razão de ser.-----Mais uma vez manifestou a sua apreensão, uma vez que lhe parece que a RTO está a perder peso e este assunto terá, provavelmente, que ser agendado numa próxima sessão.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**C O N G R E S S O** **N A** **A N A F R E** **—**

**MADEIRA:**-----O Presidente de Junta de Freguesia da Ponte de Rol, *Sr. Pedro Vasa* registou a presença de quase metade dos autarcas torrienses no congresso de ANAFRE, que teve lugar nos dias 28 e 29 de Março na Madeira.-----Fez notar que foi uma convivência excelente, agradecendo a todos o companheirismo que proporcionaram.-----

-----Aproveitou para dar nota que, na Carta de Intenções da ANAFRE que foi aprovada no congresso sem votos contra e com alguma abstenções, consta um ponto sobre uma questão já defendida por ele numa sessão da Assembleia Municipal e que respeita a que uma percentagem das receitas do IMI urbano deveria ser canalizado como competência própria para as Juntas de Freguesias.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**MOÇÃO - CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS DE TORRES VEDRAS:**-----

-----O Presidente da Mesa leu o documento subscrito pelo membro João António Flores Nunes da Cunha, que se transcreve:-----

-----“A Caixa Geral de Depósitos é uma instituição bancária de capitais exclusivamente públicos. E um banco cujo único proprietário é o Estado. Os seus órgãos de gestão são pois eleitos pelo Governo.-----

-----A agência de Torres Vedras da CGD têm mais de 60.000 contas, estimando-se que cerca de 50% activas. A maioria dos aposentados e reformados deste concelho utilizam-na para os seus movimentos

bancários.-----As

instalações da CGD da Praça 25 de Abril estão em obras há cerca de um mês, estando previstas que estas decorram até ao Verão. A agência funciona num primeiro andar de difícil acesso para muitos clientes.-----Foram

encerradas cinco caixas de atendimento automático nesta agência.-----A

agência da Rua 9 de Abril, antigo BNU, não tem condições nem materiais, nem humanas para suprir o aumento de clientes.-----

Na Rua António Leal da Ascensão existem instalações da CGD, já mobiladas há bastante tempo, para uma nova agência.-----A CGD tem

nas suas linhas de orientação estratégica o desenvolvimento de uma cultura de valor acrescentado orientada para o Cliente que passa pelo reforço da qualidade do serviço prestado. Tendo isto em conta, a Assembleia Municipal de Torres Vedras vem reclamar do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos e do senhor Ministro das Finanças, medidas que visem a urgente melhoria do atendimento dos munícipes do concelho de Torres Vedras.-----Torres Vedras, 18 de Abril de 2008.”-----

----O Líder Bancada Socialista, *Sr. José Augusto de Carvalho*, disse que também tem recebido muitas referencias ao problema expresso na moção, pelo que se revia no documento.-----

----Não havendo mais intervenções iniciou-se a votação, tendo a Assembleia Municipal aprovado por unanimidade a moção em título.-----

**MOÇÃO - 25 DE ABRIL – DEFENDER A LIBERDADE E A DEMOCRACIA:**-----O Primeiro Secretário, Sr. António Fortunato leu a moção

subscrita pela Coligação Democrática Unitária que a seguir se transcreve:-----“Ao assinalar os 34

anos sobre a revolução libertadora do 25 de Abril de 1974, realização colectiva do povo português que pôs cobro ao período negro do fascismo que condenou gerações de portugueses à fome e a miséria, à guerra e à morte, à emigração e ao afastamento das suas famílias e raízes, à falta de acesso à educação e à cultura, à opressão e repressão de quem defendia e construía a liberdade a Assembleia Municipal de Torres Vedras manifesta a sua profunda identificação com os valores do Portugal de Abril, com a democracia e a liberdade ao serviço do povo português.-----É pois,

com preocupação que constata os sucessivos atropelos às liberdades e direitos democráticos que se têm verificado em tempos recentes e que têm eleito os trabalhadores e os seus representantes como alvos principais.-----Por ter afirmado

uma verdade indesmentível — “não sou aumentado desde 2003” — no programa Prós e Contras da RTP 1 do dia 21 de Janeiro, Pedro Jorge, trabalhador da Cerâmica Torreense e dirigente do Sindicato dos Cerâmicos é alvo de um processo disciplinar que visa o seu despedimento. Este processo atentatório da liberdade de expressão, mais não tenta que intimidar um activo dirigente sindical daquela empresa que é reconhecido e considerado pelos seus companheiros de trabalho.-----

--O processo disciplinar sobre este dirigente sindical é mais um exemplo da vasta campanha que se salda, só no plano do distrito de Lisboa, em vários outros processos disciplinares, em dezenas de dirigentes e activistas sindicais com processos judiciais e termos de identidade e residência, uma condenação em tribunal a 75 dias de prisão em fase de recurso, visitas a sindicatos pelas autoridades policiais, cargas policiais sobre os trabalhadores da Valorsul e da Pereira da Costa, intimidações veladas ou explícitas das entidades patronais e tentativas de proibição de distribuição de propaganda e manifestação.

Perante tal realidade a Assembleia Municipal delibera:

1. Manifestar a sua total solidariedade para com os dirigentes e activistas sindicais, para com todos os trabalhadores e cidadãos alvo das mais variadas formas de repressão por exercerem os seus direitos constitucionais de reivindicação e acção sindical.

2. Exigir o arquivamento de todos os processos que assentem em bases inconstitucionais.

3 Opor-se a toda e qualquer revisão legislativa que intente o enfraquecimento dos direitos dos trabalhadores nas relações laborais, quer através de medidas de fragilização dos sindicatos, quer pela debilitação da contratação colectiva e pelo acentuar da precariedade.

4. Alerta as instituições do Estado, que têm a responsabilidade constitucional de zelar pelo exercício da Liberdade e pelo funcionamento do regime Democrático, para que intervenham, impedindo a continuação destes atentados a direitos e adoptando medidas que venham a obstar à continuação destas situações antidemocráticas.

5. Apelar a todos os democratas, aos trabalhadores e ao povo de Torres Vedras para que no dia 25 de Abril acorra à Avenida da Liberdade em Lisboa e assim façam engrossar o caudal dos que defendem o Portugal de Abril, a Democracia e a Liberdade.

18 de Abril de 2008.”

----Teve o uso da palavra o *Sr. José Augusto de Carvalho*, que começou por referir que quando leu a epigrafe da moção acreditou que a mesma fazia a afirmação dos valores que são inerentes ao 25 de Abril, relativamente aos quais a generalidade da população portuguesa se revê.

No entanto com a leitura do documento concluiu que vai mais além, e nalguns aspectos vai em sentido diverso. Não contesta que haja pluralidade de leituras do que é a situação ideal à luz dos valores que Abril trouxe à democracia, mas o que suscita a sua demarcação pessoal da moção são referencias como por exemplo à condenações pelas instancias judiciais que se encontram em fase de recurso, e ao apelo que a Assembleia delibere no sentido de exigir o arquivamento dos processos.

-----Fez notar que em democracia existe um poder sagrado que é a

separação de poderes, e não concebe que um órgão administrativo, autárquico ou central se possa pronunciar nestes termos sobre instâncias judiciais.-----Fez notar ainda que faz referencias que há sindicalistas alvo das mais variadas formas de repressão, e este termo tem uma carga que não consegue conciliar com o regime democrático que acredita que todos vivem.-----Para terminar reforçou que democracia é pluralismo, é diversidade de opiniões, e a diversidade tem que ser respeitada, assim como tem que ser respeitado quem subscreveu o texto em apreço, mas não lhe podiam pedir que se identificasse com o mesmo.-----O Presidente da Junta de Freguesia da Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa** disse que subscrevia quase na totalidade as palavras do interveniente anterior. Também queria votar a favor mas, reconhecia no documento situações que vão para além do estado democrático e da separação de poderes.-----Assim, indagou da possibilidade da moção ser reformulada.-----O **Sr. Nozes Pires** disse que não tinha qualquer reserva em retirar o ponto que menciona “arquivamento”, que também lhe suscitou algumas dúvidas e podiam substituir a palavra “pressão” por outra.-----

-----O **Sr. Gonçalo Patrocínio** interveio no sentido de esclarecer seu sentido de voto.-----Disse que era claro que a moção aludia aos ideais de liberdade, de responsabilidade e de verdade, que acredita que vivem em Portugal, mas tinha dúvidas quando ao facto de uma Assembleia Municipal, onde os partidos estão representados, onde o pluralismo está representado votar a favor de uma pretensão sindical.-----Não conseguia votar, contra, a favor ou de abstenção uma moção que abarca uma pluralidade de questões, não só relativamente às já levantadas, mas também quanto ao apelo para que os trabalhadores acorram à Av. da Liberdade.-----Na sequência destas intervenções o **Presidente da Mesa** solicitou aos líderes dos grupos municipais que diligenciassem no sentido de apresentar a nova redacção da moção na reunião de continuação da presente sessão já convocada para dia 21 de Abril.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

## MOÇÃO

**EN9:**-----O Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino** leu a moção subscrita por alguns Presidentes de Juntas de Freguesia da área da EN9.-----“Assistimos nos últimos

tempos, a um conjunto de iniciativas da Administração Central, relativas a investimentos na área de Lisboa no valor de muitos milhões de Euros.-----Assistimos à alteração da localização do novo aeroporto da nossa região para a margem sul.-----Infelizmente para nós e para a região, os investimentos não têm passado de promessa. No caso concreto das obras a realizar na EN9, assistimos há muitos anos na inclusão em PIDAC das obras a realizar.-----

-----A última promessa da tutela, é que as obras se iniciariam no início de 2008.-----Recentemente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, através de ofício, informou os Presidentes de Junta das Freguesias da área, que através de comunicação das Estradas de Portugal, se ficava a saber que a abertura das propostas se tinha realizado em finais de Outubro de 2007.-----

-Passados que são 6 meses após a abertura das mesmas, a obra em concurso ainda não se encontra adjudicada, não se podendo por isso prever o seu início.-----A única certeza, é que mais uma vez, os prazos definidos e agendados não foram cumpridos.-----Porque entendemos ter o direito a estar informados sobre a real situação deste concurso, delibera esta assembleia, solicitar com carácter de urgência informações detalhadas às Estradas de Portugal.”-----

-----Teve a palavra um dos proponentes da moção, o autarca de São Pedro e Santiago, **Sr. Paulo Bento**, referindo que a apresentação do documento vem no seguimento das preocupações que são comuns a todos, e também das informações recentemente prestados pelo edil sobre o andamento deste processo.-----

Assim, queriam de uma vez por todas, através do Órgão Deliberativo que a Estradas de Portugal, EP, prestasse os devidos esclarecimentos, quanto ao início da obra.-----A **Sra. Laura Rodrigues**, em nome da Bancada do Partido Socialista, assentiu que a EN9 é muito importante para o concelho e a Assembleia Municipal devia ser esclarecida por esta entidade.-----Terminadas todas as intervenções a moção foi submetida à votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, pela Assembleia Municipal.-----

**PROPOSTA – TRANSMISSÃO ONLINE:**-----

-----O Presidente da Mesa leu a proposta em título, que abaixo se transcreve, dando de seguida a palavra ao seu proponente:-----

-----“O Grupo Municipal do Partido Social Democrata, na Assembleia Municipal de Torres Vedras, vem, pelo presente, propor que as sessões deste órgão sejam, no futuro, transmitidas online no sítio da Câmara Municipal de Torres

Vedras.-----A Aprovação da proposta que ora se apresenta, assumir-se-á como um gesto de transparência e de sentida boa vontade desta Assembleia, indo ao encontro dos eleitores torrienses, de modo total.-----A transmissão online traduzir-se-á ainda, de igual modo, na capacidade de Torres Vedras acompanhar a nova realidade política e do Mundo Global em que vivemos, criando condições para que, à semelhança do que se sucede em outros Municípios e na Assembleia da República, os eleitores possam assistir às sessões, observando o trabalho dos seus representantes.-----Adicionalmente, e sob a forma de recomendação, propõe-se, ainda, que as sessões públicas da Câmara Municipal sejam, do mesmo modo, transmitidas online.-----18.04.2008.”-----

-----O **Sr. Marco Claudino** deu nota que à semelhança do que acontece na Assembleia da República e em muitas Assembleias Municipais do país tem-se verificado a transmissão online a qual proporciona que muitas pessoas possam assistir às sessões dos seus representantes.-----Disse que deste modo o Grupo Municipal do Partido Social Democrata vinha propor que sejam criadas condições para que a as sessões da Assembleia Municipal de Torres Vedras sejam transmitidas online no site da Câmara e sob recomendação para as reuniões do Órgão Executivo. -----Argumentou ainda que era uma forma de mais torrienses e mais eleitores poderem ver o trabalho dos seus representantes.-----

-----O **Sr. José Correia**, em nome da bancada socialista, disse que nada tinham a opôr, no entanto entendiam que se tratava de um assunto que necessitava de ser mais estudado.-----

-----O **Sr. Marco Claudino** lembrou que não foi inocente quando referiu “criar condições para” no que respeita à Assembleia Municipal e sob recomendação para a Câmara.-----

-----Terminadas as intervenções o Assembleia Municipal aprovou por maioria de 41 votos a favor e 3 abstenções a proposta em título.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** pediu para intervir, para dizer que não abdicaria do seu direito constitucional de protecção à imagem.-----

-----O membro **Marco Claudino**, aludiu ao n.º 2 do art.º 79.º do Código Civil, “ Não é necessário o consentimento da pessoa retratada quando assim o justificarem a sua notoriedade, o cargo que desempenha, exigências de polícia ou de justiça, finalidades científicas, didácticas ou culturais, ou quando a reprodução da imagem vier enquadrada na de lugares públicos, ou na de factos de interesse público ou que hajam decorrido publicamente”, para manifestar o seu desacordo com o edil.-----De seguida, nos termos do art.º 19-A do Regimento da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao público.-----

**RECOLHA E ARMAZENAMENTO DE LIXO EM FORMA DE PLÁSTICOS INDUSTRIAIS – CASAL DO LOBO – A-DOS CUNHADOS:**-----

A municipal *Paula Maria Domingos Espírito Santo Varanda* começou por agradecer a possibilidade de poder transmitir a sua preocupação.-----Deu nota que a Associação de Agricultores do Oeste pretende implementar o equipamento em título, no Casal do Lobo, que é uma zona agro-industrial, mas num terreno anexo a habitações -----Fez notar também que existem na freguesia outras zonas onde poderia ser implementado este equipamento sem prejudicar. Tratando-se de um armazenamento de plásticos industriais, e apesar de poder ser benéfico para a o concelho, questionou se será benéfico para as populações, e se estas não serão demasiado prejudicadas, tanto patrimonialmente como ambientalmente.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**CONJUNTO TURÍSTICO “SIZANDRO VILLAGE RESORT”, SITO NA PRAIA AZUL, FREGUESIA DE SILVEIRA:**-----

O municipal *Hermínio Saraiva* começou por dizer que algumas das intervenções já focaram o problema que o trouxe a este órgão, e que acha que todos os partidos vão unir esforços para fazer algo por este local.-----Tal como um dos membros da Assembleia Municipal que se pronunciou sobre este assunto, questionou a CDU no sentido de retirar a lona, dado que as pessoas não têm informação suficiente sobre o que se está a passar e dificulta quem tem no local os seus investimentos.-----Questionou também se poderia colocar por cima daquela lona, uma de sua autoria, ou se é necessário mobilizar algum movimento de municipais para defender este empreendimento e outros que venham para o local.-----Para terminar apelou ao bom senso, sendo que todos têm obrigação de defender o ambiente, mas numa base séria e muito concreta do problema.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Teve início o período da Ordem do dia.-----

**PONTO 1 - APRECIACÃO DE UMA EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO.**-----

-----Presente informação referente à actividade do município, nos meses de Dezembro findo, Janeiro, Fevereiro, Março e Abril do corrente ano, a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documento referentes a esta sessão, e à sua situação financeira, nos termos da alínea e) do normativo legal em título. Informa que dívida a

fornecedores em 16 Abril, ascendia a € 5.660.872,32, com saldo de tesouraria de €2.051.828,00.-----Para iniciar a discussão deste ponto teve o uso da palavra o membro **João Bastos**, que aludiu a um edital que recentemente foi publicado no jornal Badaladas sobre o fornecimento do PDM em formato digital com duas modalidades, uma contendo informação vectorial, que permite dominar a escala do desenho e outra em *pdf*, que é só de imagem. O edital refere ainda que o formato vectorial é fornecido gratuitamente às entidades o DVD em *pdf* custa € 100 para os restantes.-----Deste modo, frisou que não via qualquer razão para cobrar este valor por um documento que está no site da Câmara, e que se pode obter facilmente.-----Fez uma breve referencia ao sistema de fornecimento de plantas de localização praticado na Câmara da Lourinhã, no qual as plantas são previamente fornecidas por e-mail e cobradas no acto de entrega do processo à autarquia, sugerindo que a Câmara adoptasse um sistema idêntico.-----Por último questionou qual o ponto de situação do Plano de Urbanização de Santa Cruz, do Plano de Pormenor do Choupal, e a razão da morosidade que acompanha estes processos.-----O **Sr. Alfredo Reis** solicitou informações acerca das contrapartidas por causa da não edificação do aeroporto na Ota, e sobre os processos de construção do Mercado Municipal e do pavilhão do Sporting Clube de Torres.-----O **Sr. Flores da Cunha** debruçou-se sobre o trânsito, dando nota que ao descer a rua Maria Barreto Bastos, obrigatoriamente tem que se virar à direita e resultante de um sinal de stop, os condutores ao verificarem o transito que se aproxima do lado esquerdo, podem encontrar de imediato um peão na passadeira ali existente. Sugeriu que a passadeira fosse deslocada para sul deste entroncamento ou então colocada uns metros mais à frente.-----Disse que a fluidez de trânsito no entroncamento da Av. 5 de Outubro, melhorou com a implantação da rotunda junto ao campo do SCUT, mas a afluência ainda é muito grande, porque não há o escoamento do trânsito vindo de norte, verificando-se uma certa conflituosidade e a autarquia deveria analisar esta situação.-----Abordando também o Ordenamento do Território, no que se refere ao Plano de Salvaguarda do Centro Histórico, questionou quais são as alterações indicadas, quando estão previstas, e para quando que está prevista a sua aprovação.-----No que se refere ao Património Histórico Cultural, deu nota que por ocasião das cerimónias das comemorações das Linhas Francesas, esteve na sala do Museu dedicada ao evento, onde verificou que existem apenas um dos quadros que faz parte de um políptico constituído por cerca 12 quadros, sobre as invasões francesas, que valiam pelo seu conjunto, e que davam uma visão global deste acontecimento histórico e inquiriu sobre o paradeiro deste políptico.-----Para terminar reportou-se ao Ambiente/Serviços Urbanos, lembrando que já há uns tempos tinha

interpelado no sentido de haver uma alteração na recolha de resíduos, principalmente nas zonas em que as pessoas vivem em moradias, tendo o edil respondido que a autarquia estava a estudar o assunto. Tendo presente que a Câmara podia poupar em gastos se esses moradores fossem incentivados a fazer a triagem, questionou qual o ponto de situação.-----O **Sr. Marco Claudino** começou a sua intervenção reportando-se ainda à questão suscitada com a apresentação da proposta de transmissão *online* no período antes da ordem do dia, referindo o n.º 1 do art.º 79 do Código Civil que excepciona de facto, porque impede a exposição do retrato, se resultar prejuízo para a honra, para a sua reputação, ou pelo simples decoro da pessoa, manifestando a sua apreensão com a interpretação que o edil deu a este artigo.-----

-----Referiu uma questão suscitada ainda no anterior mandato, quer pelo membro Flores da Cunha, quer também pela representação do PCP, relativamente à publicitação dos actos com eficácia externa em Boletim Municipal. É uma decisão que afecta não só a CM, mas também este órgão.-----Reforçou que todas as decisões com eficácia externa, regulamentos, devem ser, obrigatoriamente publicadas em Boletim Municipal, sob pena de ineficácia, mas no entanto este Executivo decidiu publicar em 32 mil exemplares, um pasquim propagandístico. Não cumpre a lei, como ainda vai propagandear de forma dispendiosa, de forma parcial, as actividades, parecidas com as de uma “associação de estudantes”, que esta Câmara tem desenvolvido.-----

-----Para exemplificar que esta situação não ocorre em todos os sítios disse que iria distribuir uma cópia do Boletim Municipal de Lisboa, que contém tudo aquilo que é necessário para ter eficácia, cumprindo a lei, informando naquilo que é preciso informar, não propagandeando e é disponibilizado em 11 exemplares, de periodicidade semanal, e via Internet.-----

-----Manifestou a sua indignação, perante este dispêndio propagandístico que ainda por cima resulta do incumprimento legal, alertando os membros que sanciona com ineficácia, todas as decisões da Assembleia Municipal uma vez que a autarquia não cumpre o preceituado no art.º 91.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção.-----Reforçou que os torrienses estão fartos de propaganda, do “porco no espeto”, de festas, e gostaria que fossem verdadeiramente informados do que são os seus direitos e das decisões dos seus representantes.-----

-----O **Sr. Sérgio Jacinto** reportou-se às Comemorações das Linhas de Torres, nas quais teve o prazer de estar presente, salientando que correram muito bem e teriam corrido na perfeição se tivesse sido colocada uma coroa de flores no monumento alusivo ao evento que existe na Praça 25 de Abril, o que poderá ser corrigido na próxima ocasião.-----De seguida questionou qual o ponto de

situação do Plano de Mobilidade.-----Da mesma forma que criticou o serviço de vaivém, disse que para já lhe aprazia considerar positivo o serviço de Transportes Urbanos da Cidade. No entanto entendia que o mesmo poderá ser melhorado, designadamente com a construção de abrigos para passageiros, criação de zonas de estacionamento para os autocarros, divulgação dos horários dos circuitos e itinerários.-----A **Sra. Dalila de Carvalho**, disse que gostava de ter visto no documento em apreciação informação/divulgação/formação sobre a distribuição de oleodutos para recolha de óleos domésticos, que faz falta para preservar o ambiente.-----O Presidente da Junta de Freguesia de Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa**, aproveitou para subscrever as intervenções sobre as comemorações das Linhas de Torres, e porque se está a aproximar seu o bicentenário, lembrou que existe em Lisboa uma artéria denominada Alameda das Linhas de Torres, a qual podia ser utilizada para fazer uma divulgação do evento.-----

-----Registou com agrado o volume de actividades culturais e desportivas desenvolvidas pela autarquia, mas alertou para a enorme afluência de convites que recebe, sendo-lhe impossível comparecer a todos os eventos, e interrogando-se sobre os custos inerentes a tanto papel.-----Salientou que o concelho tem sido visitado por variadíssimas entidades nacionais, mas lamentou não ter sido convidado para a inauguração da nova Unidade de Saúde de Torres Vedras, que contou com a presença do Senhor Primeiro Ministro. Fez notar que para além da autarquia também as Juntas de Freguesia contribuíram para o bom funcionamento deste centro.-----Para terminar, comentou que, sendo Lisboa um distrito que tem uma média de rendimento *percapita* superior ao restante do país, e que por isso fica de alguma forma fora das ajudas comunitárias, qual a razão que Torres Vedras, pertencente a este distrito está a baixo dessa média, e foi relegada para outra CCDR.-----Terminadas todas as intervenções teve a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos.-----

-----O edil começou por informar ao membro João Bastos que a curto prazo lhe prestaria as informações solicitadas quanto às questões sobre fornecimento do PDM em formato vectorial, e plantas de localização.-----Deu

nota que o Plano de Urbanização de Santa Cruz ainda está com a equipa técnica. O Plano de Pormenor do Choupal e o Plano de Salvaguarda do Centro Histórico, estavam ambos na CCDR para apreciação e parecer final, no entanto devido à entrada em vigor da nova legislação que regula os instrumentos de ordenamento de território, esta entidade, em nome da celeridade dos procedimentos, devolveu-os à autarquia para ser aferida a necessidade de procedimento de impacte

ambiental-----  
----Mais informou que também entrou em vigor legislação de ruído, de modo que teve que ser elaborada uma nova carta de ruído, completando a já existente, e a equipa está a trabalhar no sentido de submeter estes dois planos ao Executivo, para ser novamente remetido à CCDR.-----Relativamente ao dossier Ota, informou que está na sua fase final, e de momento estão a elaborar fichas técnicas de compromisso, para o governo analisar, esperando que sejam tornadas públicas em termos de compromisso a assumir pelo governo, no final do mês de Abril.-----Em relação às recomendações sobre o transito do membro Flores da Cunha, informou que o Vereador Carlos Bernardes tomou nota para ver qual a melhor solução.-----Quantos aos quadros sobre as Linhas de Torres, disse não ter conhecimento mas iria inteirar-se da situação.-----  
--Atinente à recolha de lixo, informou que a autarquia está em trabalhar em parceria com a Resioeste, e Torres Vedras é um projecto piloto para distribuição e tratamento de lixo através de compostores, o que permitirá melhorar custos e qualidade do meio ambiente, projecto que irá para o terreno brevemente.-----Em resposta ao membro Marco Claudino e quanto à classificação dada ao Boletim Municipal de pasquim publicitário, manifestou agrado porque é um assunto muito debatido e pelos vistos incomoda muitas pessoas.-----No entanto, lembrou que no ano transacto assumiu neste órgão que em Abril seria publicado o último Boletim Municipal e que em Maio de 2008 sairia com novo formato, o qual está a ser trabalhado pelos serviços, e terá as deliberações dos Órgão Autárquicos.-----Deu nota também que todas as deliberações da Câmara e da Assembleia encontram-se no site, e podem ser consultadas por todos os cidadãos. Aproveitou para lembrar que o endereço electrónico criado para todos os membros da Assembleia Municipal teve até à data uma adesão de 5%, e espera que a mesma seja alargada, correspondendo assim ao esforço desencadeado pelo Executivo para responder às solicitações do Órgão Deliberativo.-----  
Quanto à alusão que os torrienses estão fartos desta propaganda, fez votos para que em 2009 o povo de Torres Vedras faça a aferição para ver quem está mais farto de quem.-----  
Deu nota que as comemorações do bicentenário das Linhas de Torres Vedras efectivar-se-ão em 2010 e obedecerão a um programa que será firmado com a plataforma intermunicipal, que engloba 6 municípios, esperando que sejam condignas.-----No tocante à intervenção da

Sra. Dalila de Carvalho, assentiu que se trata também de uma preocupação da autarquia e está em equação o anúncio para o dia Mundial do Ambiente, 5 de Junho o lançamento da recolha de óleos domésticos.-----Respondendo à interpelação sobre o mercado municipal/pavilhão do Sporting de Torres informou que foi adjudicada a obra à firma Teixeira Duarte, com a qual estão a ultimar a consignação.-----

-----No que se refere às instalações provisórias para o mercado municipal, informou que esta semana foram apreciadas as propostas financeiras, mas o mecanismo financeiro ainda terá que ser submetido aos órgãos da autarquia, julgando que terão condições de iniciar a obra em Maio, e prevendo que em Setembro o mercado seja transferido para a nova estrutura provisória.-----Pedi novamente o uso da palavra o *Sr. Marco Claudino* para questionar o edil, se, face à ilegalidade que vinha cometendo a uns anos a esta parte, assumia essa responsabilidade, caso a Câmara Municipal venha a ter que revogar actos pela sua ineficácia.-----O *Presidente da Câmara* informou que o membro estava a laborar um equívoco, porque a ilegalidade era a omissão de publicitação, o que não era o caso dado que todas as deliberações são publicitadas.-----

-----Mais informou que as autarquias não são obrigadas a editar um boletim municipal. Todas as deliberações têm sido publicitadas pelos meios próprios, através da comunicação social regional e editais ao que acresce também o site da Câmara. -----

-----Reforçou que estavam perante uma irregularidade e não uma ilegalidade, mas se alguém a vier invocar, há trâmites legais para o efeito.-----De seguida e com a anuência de todos os presente passou-se à votação do ponto 7, que decorreu durante a discussão do ponto 1.-----

**PONTO 7- ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR O CONSELHO CINEGÉTICO E DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS, EM CUMPRIMENTO DO ART.º 157.º DO DECRETO-LEI 202/04, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;**-----

-----Presente ofício número 18911, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 14 de Dezembro, a solicitar a indicação do representante em título.-----O *Sr. Alberto Avelino* deu nota da metodologia a tomar, assim: cada Grupo Municipal deveria propor o seu representante.-----O líder do Grupo Municipal do Partido Socialista José Augusto de Carvalho indicou o Presidente de Junta

do Turcifal, Sr. António Filipe Narciso Santos.-----O líder do Grupo Municipal Social Democrata Sr. Alfredo Reis propôs como representante o Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro da Cadeira, Sr. João António Gomes Varela.-----O **Sr. Alberto Avelino** informou a Assembleia dos procedimentos a tomar, assim:-----A – Proposta de Grupo Municipal Socialista.-----B – Proposta do Grupo Municipal Social Democrata.-----De seguida, nos termos do n.º 3 do art.º 90.º da Lei 169/99, de 18.08, na sua actual redacção, procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo-se registado o seguinte resultado:-----Proposta A – 29 votos.-----Proposta B – 16 votos.-----Branco – 2 votos.-----

A Assembleia Municipal elegeu para integrar o Conselho Cinegético e de Conservação da Fauna do Município de Torres Vedras, em cumprimento do art.º 157.º do Decreto-Lei 202/04, na sua actual redacção, o Presidente de Junta de Freguesia do Turcifal, Sr. António Filipe Narciso Santos.-----  
Anota-se que estavam presentes na sala todos os membros.-----

**PONTO 2 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2007, DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;**-----

Presente ofício número 5418, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9 de Abril, a remeter os documentos em título, que se consideram integralmente transcritos e encontram-se arquivados em pasta anexa aos documentos desta sessão, e a solicitar o seu agendamento.-----O **Sr. Presidente da Câmara** começou por relevar que o documento em apreço está ainda mais bem elaborado do que nos anos anteriores, manifestando os seus agradecimentos aos técnicos da autarquia.-----

-----Relevou ainda que foram as primeiras contas que foram elaboradas de forma consolidada, agradecendo também o esforço feito pelo Revisor Oficial de Contas, para que o mesmo fosse possível.-----

-----Enalteceu que o documento apresenta uma execução de receita e despesa na ordem dos 99%, e também o facto de a receita corrente continuar a ser superior à despesa corrente, sendo que neste exercício o excedente supera os €5.000.000, e é esta receita corrente que reverte a favor do investimento.-----

-----Deu nota que a despesa cresce cerca de €3.000.000, decorrente prestação de serviços que engloba a contratação de pessoas e serviços prestados, não de consumíveis, alertando que só na

educação verifica-se uma despesa acrescida de €1.000.000.-----Salientou que a despesa com pessoal aumentou cerca de 3,1%, e considerando o aumento de 1,5% nos salários e a contratação de estagiários nos termos do PEPAL, classificando este aumento normal e não criticável.-----Ao contrario de referencias que viu em contrário, esclareceu que as verbas transferidas para as Juntas de Freguesia não diminuíram, aumentaram, com um acréscimo de 6,8%, ou seja em 2006 transferiram o valor global de €2.400.000, e em 2007, €4.544.000.-----Referenciou como factor positivo a consolidação das receitas através dos impostos directos. Disse que de 2002 a 2005, registou-se sempre uma diminuição das verbas que recolheram através do IMI e do IMT, sendo que em 2006 essa tendência de decréscimo inverteu-se, tendo as verbas aumentado e este ano esse aumento foi consolidado.-----Face à gestão equilibrada e responsável que a autarquia tem feito das finanças públicas e face a à consolidação de receitas de IMI e IMT, estão em condições este ano de propor à Assembleia Municipal, quando chegar o momento, uma redução da taxa do IMI para todos os torrienses.-----Em relação ao relatório de gestão e contrariamente ao que tem sido a tendência, e ao que tem sido critica constante dos partidos da oposição, salientou uma execução do PPI na ordem dos 98,7%, ou seja tudo o que se previu conseguiu-se executar.-----Frisou que não estava a falar de execuções de eventos, de conferencias, ou de workshops, também execuções importantes, mas estava a falar de obras reconhecidas não só pela execução como também pela sua validade. Para lembrar as mais importantes, deu nota do Centro Educativo da Carvoeira, Jardim de Infância da Cabeça Gorda, requalificação da área urbana pública da Praia de Santa Cruz, execução de mais quatro campos relvados, saneamento do Turcifal e da Ponte do Rol, conclusão da Av. Poente e da Variante à Paul, e ainda pavimentação de 30km de estradas. -----Atento ao argumentado disse que estavam em condições para a Prestação de Contas e o Relatório de Gestão da Câmara só pudesse ser aprovado por unanimidade.-----O *Sr. José Afonso* começou por observar que tinha uma leitura diferente da do edil dos documentos apresentados, mais realista.-----Reportando-se à receita da Câmara apresentou os redobrados parabéns ao Presidente que reconheceu, embora tardiamente, que há condições financeiras para que o IMI seja revisto.-----Lembrou que nos últimos 4 anos sempre defendeu esta redução, e em 2006, a bancada do Partido Socialista reprovou a proposta do Partido Social Democrata para abaixamento do IMI. O IMI teve um aumento anual de 16%/18% e lamentou que Partido Socialista tenha dito que não existiam condições financeiras para se fazer a revisão de uma taxa que representa o encargo da habitação própria no concelho de Torres

Vedras.-----

----Verificou que nos últimos 2 anos, a receita subiu de €38.500.000 para €44.600.000, o que significa mais €6.100.000 do que em relação à receita tida em 2005, que por sua vez significa um acréscimo de meios e um peso grande na receita, cuja origem provém dos três impostos directos, o IMI, o IMT e a derrama.-----Assim,

considerou inadmissível que, com um aumento de receita nos últimos dois anos de 47%, o Partido Socialista tenha reprovado a proposta de redução do IMI em 2007. No entanto entendia que as taxas do IMT deviam ser mantidas, até porque se trata de uma situação diferente do ponto de vista social.-----

Realçou ainda que, ao contrário do que o edil disse, não foi a partir de 2006 que a receita do IMI aumentou, mas a partir de 2004, tendo sido com base na previsão do aumento dessas receitas que a Assembleia deliberou então baixar a taxa de 0,8% para 0,7%.-----Alertou que a receita representa, em impostos

directos *percapita* para a população torriense em dois anos, a passagem de €158 para €232, o que significa um aumento de 47% de impostos circunscritos ao IMI, IMT, IMV e derrama. Questionou se este esforço financeiro teve compensação nas benfeitorias para a população.-----Referiu que o

relatório de gestão indica um acréscimo global de despesa de 9,4% entre 2004 e 2005, e em 2005 para 2006 subiu 5,4% que é um valor acima da inflação. De 2006 a 2007 a despesa corrente aumentou 11,8%, que se justifica com o aumento de responsabilidades por parte da autarquia, mas pelas quais também recebe, pelo menos parcialmente contrapartidas do governo central para fazer face a essa novas competências.-----Afirmou que

tinha uma leitura diferente quanto às transferências para as juntas de freguesia, uma vez que as transferências de capital diminuíram 25%, e as despesas correntes tiveram um acréscimo compensatório decorrente das despesas na área da educação. A Câmara é parcialmente compensada pelo governo, e endossa essa compensação às juntas de freguesia, e se retirarem essa novas obrigações das juntas, verifica-se que houve uma diminuição dos valores transferidos.-----

Comparando a despesa orçamentada e a realizada observou que a despesa corrente desviou em todos os itens à excepção de aquisição de bens e serviços, ou seja gastou-se mais do que estava orçamentado, enquanto nas despesa de investimento se verifica o contrário.-----Fez notar que o endividamento da Câmara está dentro dos

limites legais, mas as dividas para com terceiros aumentaram 36% relativamente a 31 de Dezembro, e contabilizando a informação financeira de Abril a tendência é de maior subida.-----No tocante às despesa de capital,

frisou que os valores absolutos mantêm-se relativamente aos valores da receita, e era saudável que com o aumento de receita verificada, as despesa de capital e os investimentos tivessem aumentado proporcionalmente.-----Por último referiu que os valores correspondentes ao custos com pessoal no valor de € 11.402.000 referenciados no Relatório de Gestão não coincidem com o valor de €11.938.000 indicado na demonstração de resultados do POCAL, inquirindo qual a razão desta divergência.-----Questionou ainda a que se referem os proveitos diferidos que constam do passivo da Câmara Municipal no montante de €10.915.322.-----**OSr. José Correia** começou por enaltecer a continuidade das receitas correntes continuarem a financiar as despesas de capital, até porque é um dos elementos que caracterizam a boa saúde financeira da instituição.-----Enalteceu também a excelente previsão e capacidade de controle de execução orçamental que as contas demonstram, registando em nome do Partido Socialista uma palavra de apreço pelo trabalho dos técnicos apresentado nos documentos, assim como na qualidade destes instrumentos que permite e s t e c o n t r o l e d e execução.-----Registou ainda que só se conseguem alcançar estes fortes níveis de execução, porque a Câmara se tem modernizado, tem feito um esforço para se dotar de bons funcionários, e estabelecer correctos processos de trabalho, sustentados por bons equipamentos, e formação adequada.-----Se seguida salientou o facto de apresentar a consolidação das contas, cumprindo o POCAL, quando dificilmente haverá entidades a conseguir fazê-lo, e que r e f l e c t e i g u a l m e n t e a m o d e r n i z a ç ã o q u e s e p r e t e n d e d o s serviços.-----Fez notar que não se pode falar de aumentos de impostos, misturando um conjunto vasto de impostos que nada têm a ver com decisões camarárias.-----Lembrou que não foi feita referencia ao rácio da despesa com pessoal que baixou novamente em relação à despesa corrente, a qual em 2006 cifrava-se em 39%, e no presente ano já baixou para 36,4%.-----  
----Frisou que se a despesa subiu a receita também subiu assim como o encargo, e o que o colega José Afonso disse não é verdade, seria verdade se a despesa tivesse aumentado e não se verificasse o aumento da receita correlativa para a suportar, o que não aconteceu e o rácio da despesa geral u l t r a p a s s a a n e c e s s i d a d e d a d e s p e s a e m 5,3%.-----Reforçou que podem apresentar o problema em termos de estratégia ou de gestão, onde cada um tem uma opinião, mas se analisarem a estrutura financeira, tanto na vertente da receita como da despesa, ou do investimento, os rácios

existentes são altamente favoráveis à autarquia.-----O **Sr. Hugo Martins**, começou por aludir ao facto de o edil ter publicamente criticado os Vereadores do Partido Social Democrata por terem votado contra o documento em discussão, com a alegação que o PSD não é mais do que isso, é do contra, e recordou que a única vez que votaram a favor foram enganados.-----Quanto à afirmação que é um mau argumento dizer que não há obra feita num ano como este, fez notar que a Via Poente, uma das obras com o que Presidente da Câmara se congratulou, estava prevista desde 2002, tem 6 anos de atraso; a Variante à Fonte Grada, com conclusão prevista para 2004, tem 4 anos de atraso. Também tinha dúvidas que a percentagem de esgotos tratados tenha aumentado significativamente, enquanto que não podia considerar 35km de estrada muito, porque corresponde a apenas 8% da rede viária do concelho.-----Disse ainda que há obra feita mas não se podiam esquecer da obra que está por fazer, mencionando a pista de atletismo do Paúl, com 7 anos de atraso, o Museu do Carnaval, piscinas, centro desportivo de Arenes, e os problemas de transito.-----Deste modo tinha que questionar o que melhorou em Torres Vedras, porque no seu entender, como utente, só piorou. É muito fácil atingir os 99% de execução, quando as principais obras, e teve o cuidado de elencar obras, promessas do Partido Socialista e do edil, três anos depois de eleito, que não estão previstas.-----

Quanto aos eventos que a autarquia faz que são inúteis, e que o Partido Social Democrata pretende terminar quando vier a ganhar a Câmara, nomeou a pista de gelo em Santa Cruz, que lhe pareceu um verdadeiro descalabro.-----O **Sr. Gonçalo Patrocínio** aludindo à menção do colega José Correia de que os impostos do âmbito central não devem implicar nas decisões do Partido Social Democrata, lembrou um Vereador de Urbanismo que com o medo da descida brutal dos impostos de IMI e de IMT, achou por bem aumentar brutalmente as taxas e as compensações a nível do plano urbanístico, e depois veio-se a verificar que de facto o IMT e o IMI não desceram assim tanto, subiram, e vão subir até 2009.-----Salientou que há uma diferença entre prudência e medo, entre ousadia e loucura e entre liderar e gerir financeiramente. Também há uma diferença entre ser politicamente eleito para liderar um concelho e ser nomeado presidente de um conselho de administração-----Assim endereçou os parabéns a esta gestão, idêntica a que um presidente de um conselho de administração faria, e questionou se havia estratégia.-----

-----Verificou que no fundo apenas gerem os proveitos e as despesas correntes, o que significa que as despesas de capital e alguns investimento podem ter ficado na gaveta ou protelados e classificou de **tardia a iniciativa de propor o abaixamento do IMI.**-----Por último questionou se a gestão financeira

do município está em sintonia com as justas necessidades dos munícipes, ou se está em sintonia com a agenda política partidária do Partido Socialista e também das eleições de 2009.-----Teve de novo o uso da palavra o **Sr. José Correia**, debruçando-se sobre a crítica à falta de estratégia, e aos investimentos que a Câmara deveria fazer com base na sua capacidade de endividamento, para frisar que foi por a autarquia ter tido visão e estratégia, e por ter elaborado projectos que conseguiu de imediato ser uma das poucas entidades a beneficiar dos fundos do QREN, no que diz respeito ao seu parque escolar.-----Reforçou que se tratou de estratégia e de visão na gestão financeira, acautelando a saúde financeira da Câmara e que reflecte boa liderança e boa gestão dos dinheiros.-----Registou novamente uma palavra de apreço ao documento em discussão, que apresentam a obra feita, qualidade na apresentação das contas e na execução, cautela na previsão e modernidade, sendo por isso difícil de defender um instrumento que é defensável *per si*.-----Em comparação com os indicadores *percapita* apresentados pelo colega José Afonso deu nota que a receita total em relação à população residente, também subiu de €589 para €631, tendo o investimento para a população aumentado de €106 para €153, ou seja todos os valores são ultrapassados tanto em termos de investimento como de despesa total *percapita*.-----Terminou fazendo notar que estavam a misturar impostos que até não deviam ser misturáveis, dado que não há decisão directa da Câmara Municipal sobre eles.-----O membro **José Afonso**, no que se refere ao QREN para o parque escolar, disse que foram opções de risco tomadas pela autarquia, e não existem garantias de que se houvesse outra opção de financiamento, sendo que em vez de cinco poderiam ter oito ou dez escolas.-----Quanto à questão dos impostos não serem controlados pela Câmara, questionou o colega se as taxas do IMI e do IMT eram ou não definidas pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara. O governo apenas fez uma lei que foi geral para todo o país.-----Lembrou que defendeu que a taxa do IMT deve ser mantida, mas desde 2004 que a taxa do IMI poderia ter sido diminuída, porque estavam a falar de 80 % de habitação própria, e da capacidade que a autarquia tem em diminuir os encargos das famílias neste imposto.-----De momento não se registaram mais intervenções e foi dada a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos:-----O Edil começou por abordar as questões do IMI, esclarecendo que a receita total em 2002 dos impostos directos da Câmara foi €13.000.000, sendo de IMI e de IMT €10.600.000, em 2003 a receita total passou para €10.000.000, tendo o IMI e IMT descido para €8.000.000, em 2004 a receita global foi de €12.000.000, tendo IMI e o IMT registado €9.000.000, e como tal sempre inferior a 2002.-----Mais

esclareceu que a situação apenas se inverte em 2006, e em 2007 quando apreciaram as contas, verificaram que os impostos pela 1.ª vez sobem acima dos valores de 2002, por isso a receita global que era de €13.000.000, passou para €15.000.000 e de IMI e de IMT que registava €10.600.000 aumentou para €13.000.000. No presente ano esta tendência manteve-se subindo um pouco mais os valores.-----Lembrou

ainda que o compromisso político assumido pelo Dr. Jacinto Leandro, foi no sentido de baixar a taxa do IMI, quando atingisse valores idênticos ao que foi a contribuição autárquica, o que aconteceu em 2004.-----Lembrou

também que a posição assumida pela autarquia foi sempre de que de quando estas receitas se consolidassem, a taxa deveria ser revista. Estavam a ser mais uma vez perfeitamente coerentes com a posição assumida ao tempo, tendo o IMI consolidado em 2006 e 2007, e entendem ter condições para poder baixar a taxa.-----Intervio

o Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro e Santiago, **Sr. Paulo Bento** para dizer que não se pode argumentar que a Câmara fez um esforço financeiro no Sector de Educação e em simultâneo dizer que transformou o apoio às freguesias num aumento substancial relativamente ao ano anterior.

Não se pode dizer que esse mesmo dinheiro foi aplicado duas vezes.-----Observou que relativamente ao orçamento do ano transacto, num orçamento de €900.000 a freguesia que preside obteve €52.400 em transferências de capital, que foi provavelmente o montante mais baixo de sempre, situação que esperava ver corrigida no próximo orçamento. -----Sustentou que registou-se de facto um aumento substancial das verbas transferidas para a educação, mas houve uma redução em termos de transferências de capital para execução de obra viva, que é tão importante como os cuidados que se prestam dia a dia às crianças das escolas do concelho de Torres Vedras.-----

O **Sr. Flores da Cunha** indicou que os custos com pessoal referidos na página 13 não coincidem com os da página 17, solicitando os devidos esclarecimentos.-----Quanto às intervenções proferidas sobre a receita e a despesa, disse que lhe parecia que a Câmara é cada vez mais prestadora de serviços e os serviços pagam-se. Tendo presente que os aumentos pelos serviços aumentaram 47% nos últimos dois anos, questionou se os serviços prestados aumentaram em termos de qualidade na mesma percentagem.-----Concluiu frisando que se os munícipes pagaram, mais tinham o direito a muito mais, e a seu ver os serviços prestados pela Câmara não aumentaram na mesma percentagem do que os torrienses pagaram.-----

-----Terminadas todas as intervenções o **Sr. Presidente da Câmara** endereçou de novo a questão do IMI, indicando que os valores por ele avançados são facilmente verificáveis, e a consolidação desta receita, apenas se verifica nestes últimos dois anos de

exercício.-----Aludindo à intervenção do membro Hugo Martins, quanto às obras que estavam por inaugurar desde há alguns anos, disse que foi com muita honra que teve o prazer de as concluir e inaugurar.-----Lembrou que todas as obras necessitam de ter um projecto, de ter medidas, se ser orçamentadas, sujeitas a concurso e só depois é que são executadas, e esse tipo de discussão tem lugar na aprovação do orçamento e não na apreciação da prestação de contas.-----Disse também que o PSD não vai ter o privilégio de encerrar a pista de gelo em Santa Cruz, porque essa decisão já foi anunciada em reunião do Executivo, uma vez que embora seja um factor de animação, economicamente tem muito peso para a Promotorres.-----No tocante às intervenções do autarca Paulo Bento e do membro José Afonso reafirmou que neste exercício transferiram mais verbas para as Juntas de Freguesia, assentindo que foram mais verbas em despesa corrente do que em despesa de capital. No entanto informou que todas as verbas transferidas em despesa correntes não são consumíveis, e estas verbas, fruto da excelentes gestão dos autarcas, transformam-se em verbas de capital.-----Aproveitou ainda para alertar que não são só as Câmara Municipais que são cada vez mais prestadores de serviços, mas as juntas de freguesia sendo parceiros insubstituíveis na prestação desses serviços, também terão que necessariamente de continuar a ser.-----De seguida deu a palavra ao Sr. Vereador **Sérgio Galvão** para prestar esclarecimentos adicionais:-----

-----Relativamente à diferença de valores nos custos com pessoal, informou que a Câmara de facto gastou € 11.400, e no valor €11.900 encontram-se reflectidas as verbas que irão ser pagas em 2008 referentes ao subsídio de férias.

-----Quantos aos proveitos esclareceu que reportam-se a verbas elevadas recebidas dos fundos comunitários, que vão ter que ser amortizadas nos próximos anos.-----Aproveitou também para expressar os seus agradecimentos aos técnicos da autarquia que trabalharam na consolidação das contas, que constituiu um esforço muito grande.-----

-----Terminadas todas as intervenções, o Presidente da Mesa **Sr. Alberto Avelino** submeteu à votação o documento em título.-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por maioria de 24 votos a favor, 13 votos contra e 2 abstenções os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2007, do Município de Torres Vedras, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção.-----

**“Declaração de voto da bancada da CDU na Assembleia Municipal, sessão de dezoito de Abril de 2008 relativa aos Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2007,**

do Município de Torres

Vedras:-----P o r q u e n ã o discernimos nestes documentos nenhum facto relevante no que concerne a obras há muito tempo desejadas pela população, prometidas pelos sucessivos Executivos camarários eleitos para cumprilas, bastando referir os programas Polis e do Castelo, o campo arqueológico do Zambujal, as pistas de atletismo, o complexo desportivo e as piscinas municipais, a nova Biblioteca, os novos museus, as novas escolas, a remodelação ou construção de espaços públicos de lazer nas freguesias e aldeias, a contenção definitiva dos abusos dos grandes poluidores, o empenho nada conclusivo relativamente à modernização da inclassificável estrada nacional n.º9;-----Porque as importantes obras concluídas recentemente, como a Avenida Poente e a variante à Fonte Grada, já deviam estar concluídas há anos atrás; aliás, a Avenida Poente com custos muito superiores ao previsto;-----Porque não vislumbramos programas estratégicos, coerentes e consequentes, para as áreas da Cultura e do Ambiente, pesem embora alguns actos e eventos, programas sem os quais não é fácil responsabilizar ou elogiar os seus promotores com clareza, rigor e justiça, isto é, inexistindo, ou ignorando todos nós, quais os objectivos, as metas e os meios, a quem exigir prestação de compromissos e que compromissos? E qual a colaboração da sociedade civil, associações e instituições, nos termos de uma vida democrática participativa que urge mais do que nunca estimular?-----  
-----Porque mantemos a nossa critica ao modo como se implementou o «enriquecimento curricular» e a s c o n s e q u ê n c i a s v ê m d a r - n o s razão;-----Porque não se vislumbra a mesma pressa em edificar o novo Mercado Municipal ou o novo terminal rodoviário, o resolver a anarquia dos estacionamento de automóveis no interior da cidade,-----A CDU vota contra-----Aos dezoito dias de Abril de 2008.”-----

-----Dado o adiantado da hora, e ainda o facto de não se ter discutido todos os pontos agendados, pelas 1 hora e 15 minutos o Presidente da Assembleia Municipal, **Sr. Alberto Avelino** suspendeu os trabalhos indicando que continuariam no dia 21 de Abril em conformidade com a convocatória e edital respectivos.-----

**AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE ABRIL, PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA INICIADA EM DE 18 DE ABRIL DE 2008.**-----

-----Presidiu, o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e pela Sra. Mara Isabel Baptista Eleutério (Segundo Secretário).-----

-----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passa a indicar:-----Alfredo Manuel Bernardes dos Reis, José Augusto Clemente de Carvalho, José Afonso das Neves Carneiro Santos, Laura Maria Jesus Rodrigues, João António Flores Nunes da Cunha, José Augusto Nozes Pires, José Manuel Rosa Correia, Marco Henriques Claudino, Ana Elisa Pedreira Martins, Dalila do Carmo M. J. Carvalho, António João Leal da Costa Bastos, José António do Vale Paulos, José Alberto Ferreira Menino, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Francisco Cruz Branco da Silva, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas, Maria João de Carvalho Franco Roque Alves, Ana Cristina de Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luís, Sérgio Armando Lopes Gomes, José Manuel Cristovão, João Francisco Mota Tomás, Francisco João da Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, Nuno Ricardo Nunes Pereira, José Manuel Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, José António Margaça, Horácio Orlando da Silva, João António Gomes Varela, António Paulo Veloso Martins Bento, Mário Manuel Jesus Miranda, António Filipe Narciso dos Santos, Carlos Alberto Lopes Veloso, Susana Maria Ribeiro Neves, Rui José Prudêncio, Ana Rita Pereira Antunes e Joaquim Manuel de Oliveira Gomes.-----

-----Faltaram os membros Jorge Henrique Horta Ferreira, Gonçalo Filipe Carvalho Patrocínio, Hugo Miguel Fernandes Martins e Paulo Jorge Marques Marreneca.-----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rita João Maya Gomes Sammer, Carlos Manuel Antunes Bernardes, Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida A. M. Clímaco Umbelino e Joaquim Alberto Caetano Dinis.-----

-----O Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino deu início à sessão.-----

**PONTO 3 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS PARA 2008, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL**

**REDACÇÃO:**-----

Presente ofício número 5418, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9 de Abril, a solicitar o agendamento do documento em título, que se considera integralmente transcrito e encontra-se arquivado em pasta anexa aos documentos desta sessão.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez uma breve apresentação da revisão, a qual se traduz na aplicação do saldo apurado na gerência anterior.-----

-----Não se registaram intervenções e passou-se de imediato à votação.-----A Assembleia Municipal

deliberou aprovar, por unanimidade a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Torres Vedras para 2008, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----Anota-se que estavam presentes na sala 24 membros.-----

**PONTO 4 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES, DO ANO DE 2007, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;**-----

Presente ofício número 5418, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9 de Abril, a remeter os documentos em título, que se consideram integralmente transcritos e encontram-se arquivados em pasta anexa aos documentos desta sessão, e a solicitar o seu agendamento.-----

-----Teve o uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para fazer uma breve apresentação, tendo começado por realçar o resultado contabilístico negativo na ordem de €833.000 que se justifica essencialmente pelo valor das amortizações que os SMAS têm todos os anos.-----De seguida salientou como aspecto positivo a diminuição das despesas de funcionamento em cerca de 6%, e em termos de pessoal o aumento da massa salarial de 1,2%, ou seja um aumento inferior aos aumentos dos salários que foi de 1,5%.-----Realçou também que as despesas de investimento, que orçaram em cerca de €3.000.000, foram o dobro do valor das receitas de investimento.-----Deu nota que o PPI apresenta uma execução de aproximadamente 50%, que se prende com um atraso na adjudicação do saneamento da Ventosa, devido a uma reclamação dos concorrentes.-----Deu nota ainda que no ano transacto os SMAS executaram o desvio da conduta adutora da Serra da Vila, o saneamento do Carvalhal, Turcifal, Ponte do Rol, Casal Chofral, Casal das Paradas e da Ventosa, a ampliação do saneamento de Caixeiros assim como do Bairro da Boavista, os esgotos do Parque Empresarial e iniciou a obra de abastecimento de água a Runa, e ao Parque Empresarial.-----Referiu que presentemente o concelho já tem rede separativa em 69% de todo saneamento e saneamento em Etar corresponde a cerca de 60%. Espera que brevemente com as Etares de Miragaia, Runa, Dois Portos, Maxial e do Turcifal, o saneamento em Etar atingirá perto de 90% .-----Por último disse que este ano se registou uma diminuição de 2% nas perdas, e sendo certo que Torres Vedras regista sempre das perdas menores a nível nacional, conseguir reduzir 2% é um feito importante e que de alguma forma se traduz sempre nas contas dos SMAS.-----O **Sr. Nozes Pires** interveio para solicitar alguns esclarecimentos quanto ao aumento de 87% da dívida a fornecedores, ao passivo que aumenta €1.015.000, a um passivo a curto prazo que aumenta €376.000, aos prejuízos dos SMAS em 2006 de €547.000, e em 2007 de €832.000, e que a Câmara Municipal não transferiu

a verba orçamentada.-----O membro **José Afonso** disse que à semelhança das preocupações que tem manifestado em anos anteriores, o exercício financeiro de 2007 suscitava-lhe a mesma apreensão quanto ao prejuízo estrutural dos SMAS.-----

Considerou a diminuição registada no quadro de pessoal positiva, atendendo que tinha a presunção que ao passar-se a exploração da água e saneamento para alta, haveria uma maior adaptação e flexibilidade no quadro de pessoal e conseqüente redução de custos que não se tem vindo a verificar, nomeadamente nos últimos 4 anos.-----Tendo em

conta o referido, considerava que deviam ser traçadas metas mais exigentes nos serviços, que levassem a que as contas fossem apresentadas com maior equilíbrio.-----Disse que

verificou que no final de 2007 um *cash flow* em diminuição, um passivo a curto prazo em subida, e as dívidas a terceiros cifram-se em mais do dobro do que eram há um ano atrás, as quais podem tentar justificar com a falência de um empreiteiro e as verbas estão por pagar, mas quanto a ele este facto não tem influência, dado que se retirarem esta verba e considerarem a dívida paga, teoricamente também desaparece o montante nas disponibilidades.-----

Referiu também que o activo circulante é menor, e o rácio de liquidez, que tem sido tradicionalmente grande, apesar dos prejuízos contabilísticos, passa de 4,97% para 2,25% num ano só.-----

----Resumindo, observou que se verificou maior dificuldade financeira dos SMAS, apesar do preço da água ter sido actualizado por valores superiores à inflação e do saneamento ter sido muito onerado aos municípios nos últimos anos, os custos globalmente não baixaram, os quais registavam €11.000.000 no ano transacto e €12.000.000 no presente ano.-----Fez notar que os fornecimentos e serviços cresceram,

seria compreensível caminharem para um equilíbrio, mas o que se nota é um desequilíbrio, com €548.000 de prejuízo em 2006 e de €833.000 em 2007, ou seja os SMAS têm resultados negativos acumulados em mais de €3.000.000, que não defendia como o bom caminho a seguir.-----Frisou que não obstante, os

ajustamentos que têm feito a nível do preço da água e saneamento, não conseguem contrariar o ciclo de índices negativos nas contas e no seu entender deviam mexer mais na estrutura de custo, dando como exemplo a Câmara requisitar pessoal dos SMAS, política que poderá ser incentivada e assim retirar peso aos SMAS.-----Quanto a classificar as

amortizações como origem do prejuízo, no seu entender são um custo normal da exploração, e logo que o sistema entrou no POCAL, tem que saber equilibrar as contas englobando as amortizações.-----Disse

ainda que terem um tecto de preços de venda muito por cima, e estarem a trabalhar com números

muitos inflacionados nas tabelas era um dado que aditava às suas preocupações.-----O **Sr. José Correia** abordando a questão das amortizações, referiu que os SMAS é daquelas entidades públicas em que a passagem de uma contabilidade meramente orçamental para uma contabilidade patrimonial veio alterar profundamente a forma de apresentação das contas e o equilíbrio das mesmas.-----Explicou que numa perspectiva de custos, esta situação deve-se à existência de valores de investimento que dificilmente se irão traduzir em valores acrescentados de receita, e sobretudo que em termos de proveitos possam vir a gerar valores para equilibrar as contas dos SMAS.-----Fez notar que estavam a falar de valores de investimento muito elevados, que têm um reflexo forte e desequilibrante nas contas, porque não geram proveitos semelhantes, e até pela sua vocação social, são valores que demorarão até desaparecer o valor das amortizações e irão sempre condicionar estas contas, à medida que se faça mais investimento.-----No que se refere à diminuição das disponibilidades fez notar que os SMAS apresentam estes valores de desequilíbrio contabilístico mas mantém-se saudável na tesouraria cumprindo os compromissos com as entidades.-----Fez notar ainda que o referenciado valor do passivo a curto prazo não tem expressão na capacidade de mobilização de tesouraria, porque está ligado a situações meramente conjunturais, uma vez que se trata de facturas em Dezembro para serem pagas em Janeiro, e como tal apresentam o problema de data e do tempo que demoram a ser contabilizadas.-----Para terminar salientou como ponto positivo a capacidade de fazer despesa de investimento bem superior à receita de investimento, a diminuição das despesas de funcionamento geral em 5,8%, e um aumento residual de 1,26% de encargos com pessoal.-----Pedi novamente o uso da palavra o membro **José Afonso** para reforçar que estavam a falar de um prejuízo cíclico que apesar da receita de metro quadrado de saneamento e de água terem subido, que traz índices piores do que aqueles que vinham de trás, e que acarreta preocupações económicas que se reflectem na situação financeira. Estava em desacordo que era uma situação financeira normal e é como era.-----Fez notar que o passivo de curto prazo sobe em €700.000, e as disponibilidades descem para a terça parte do que registaram há um ano atrás, o que constitui sintomas que não se entrou só no campo de políticas de ajustamento económica da gestão, mas já se entrou no campo da gestão financeira de curto prazo.-----Frisou que a continuar com estes índices, o problema terá que ser resolvido, mas para além dos fundos comunitários normais o ideal seria não ser através de transferências da Câmara, nem haver obras subsidiadas directamente com as receitas da autarquia.-----O membro **José Correia** sustentou que estas contas, qualquer entidade privada gostaria de apresentar,

os SMAS fazem grandes investimentos, mantêm saúde de tesouraria forte, mantêm os seus compromissos com os fornecedores em dia e não paga impostos. Justifica tudo isto com uma capacidade de investimento permanente.-----Reforçou que o investimento tem tido um valor muito alto, e é um negócio que do ponto de vista cívico e social têm que aceitar. Pode-se injectar capital para equilibrar a situação, mas o problema manter-se-á até porque há um contrato com a Aguas do Oeste, S.A a cumprir, que leva ao aumento dos valores.-----

O **Sr. Nozes Pires** interveio novamente para dizer que concordava e subscrevia os argumentos do membro José Afonso, no que corresponde aos argumentos que já tinha colocado antes.-----Não estava convencido que a questão dos investimentos fosse só o problema, é só uma parte, este é mais fundo e começa a ser uma crise financeira.-----Observou que as soluções podem passar por aumentar a injeção de capital por parte da Câmara, ou pela privatização, mas há um problema para o qual tem que se encontrar solução.-----De novo na uso da palavra, e em resposta ao colega José Correia, o membro **José Afonso** disse que não concordava que se acentuasse a ideia de que é uma vertente social, porque os preços podem não ser os mais caros mas estão na linha da frente dos preços mais altos.-----

----O **Sr. Flores da Cunha** referiu que os SMAS criaram uma tarifa para os empreendimentos turísticos, manifestando o seu acordo com o valor global do metro cúbico. No entanto não compreendia que do ponto de vista social esta tarifa seja mais barata do que o último escalão quer dos consumidores domésticos quer dos consumidores comerciais e industriais. Não percebe porque razão é que um turista há-de pagar a água mais barata do que um consumidor doméstico, mesmo no 4.º escalão, ou seja no escalão mais caro.-----

-----Concluídas as intervenções o **Sr. Presidente da Câmara** prestou alguns esclarecimentos:-----Quanto à questão da não transferência de verba para os SMAS, esclareceu que se tem praticado com sucesso uma quase perfeita harmonia ente os Planos de Actividade e as capacidades financeiras, assim como com as dificuldades ou vantagens de tesouraria entre a Câmara e os SMAS.-----

----Reforçou que era importante dizer que não foi pelo facto de não se ter transferido a verba orçamentada para os SMAS, que não fizeram investimento, tendo-se investido aproximadamente €3.000.000, quando a receita de investimento foi cerca de metade.-----Reforçou ainda que dizer que os rácios eram maus era mentira, uma vez que os mesmos continuam a ser excelentes, e a dívida a fornecedores continua a

ser paga dentro dos prazos normais.-----

-----Quanto à subida de preços superior à inflação, fez notar que os SMAS trabalham a comprar e a vender água, e o que lhes interessa é quanto é que foi inflacionada a água num ano, não o valor nacional da inflação.-----

Confirmou que se tem procurado actualizar os preços da água ao consumidor em função da actualização que os preços da água são actualizados aos SMAS, o que tem sido anualmente explicado e tem sido uma prática recorrente.-----Disse estranhar algumas

referencias que foram feitas como se tivesse havido alguma alteração. Nestes 20 anos que tem integrado os órgãos da autarquia, nunca presenciou investimento dos SMAS feito com verbas próprias, mas sempre com verbas transferidas da Câmara. Salientou contudo que no presente exercício, verificou-se que pagaram do seu bolso as verbas correspondentes aos juros de empréstimo, o que seria fundamental alargar ao investimento, mas sabem que é difícil de acontecer.-----Deu nota que os SMAS vão ter que investir cerca de €5.000.000 para fazer o saneamento da parte nascente do município, e sendo óbvio que não vão ter capacidade de o fazer, terá que ser a Câmara a transferir as verbas que permitam fazer estas obras que são importantes para todos os torrienses, para que todos tenham qualidade de vida e igualdade no tratamento.-----

-----Quanto à questão do Sr. Flores da Cunha, a qual considerou de retardada, esclareceu o membro que nos Empreendimentos turísticos há uma tarifa fixa, não há escalões como acontece com os outros regimes que obedecem a uma tarifa escalonada.-----

-----Acrescentou que se o membro quiser fazer uma comparação chegará à conclusão que na prática os empreendimentos turísticos pagam mais do que no regime escalonado.-----No que concerne ao preço da água, fez notar que, os SMAS sempre fizeram uma gestão equilibrada entre o custo e o preço a pagar pelos torrienses. No entanto, nunca se fez o mesmo com o saneamento, e no presente ano há uma factura de saneamento que não existia há três anos atrás e também vão ter que equilibrar este serviço.-----

-----Concluiu fazendo notar ao membro José Afonso que longe vai o tempo em que Torres Vedras estava no *ranking* da água mais cara da região. O preço da água disparou quando se começou a pagar à Aguas do Oeste S.A., por isso o preço que Torres Vedras cobra é equilibrado.-----

-----De seguida deu a palavra ao Administrador, **Sr. Sérgio Simões** para prestar alguns esclarecimentos adicionais, o qual começou por informar que presentemente há nove municípios que são clientes da Águas do Oeste, e três que irão ser brevemente. Dos clientes actuais o Município de Torres Vedras apresenta o preço da água

mais baixo.-----Também deu nota que Torres Vedras paga a água a € 0,5493 e os municípios que vão aderir estão muito preocupados porque irão pagá-la a € 0,61 por m<sup>3</sup>.-----

----Relativamente aos à questão do membro Flores da Cunha confirmou que os cálculos foram feitos e se facturassem individualmente os utentes dos empreendimentos turísticos a factura dos SMAS seria mais baixa.-----

----No que se refere às intervenções sobre o aumento das dividas aos fornecedores esclareceu que não se registou um aumento, e o que está reflectido nas contas é o que tem que estar na facturação que entra em Dezembro e que é paga de acordo com os contratos, em Janeiro.-----

----No tocante ao passivo de curto prazo esclareceu que este valor foi bastante influenciado pelas cauções que estão a devolver aos utentes, que acresce ao montante a pagar à Águas do Oeste.-----Quanto à conta de fornecimentos e serviços externos informou que se destina a despesa corrente, onde são englobadas também todos os contratos, cobranças, etc e o aumento constado é essencialmente referente à factura de saneamento da Água do Oeste, S.A.-----

----Se retirarem desta conta o montante para a Águas do Oeste, a mesma fica reduzida ao que classificam de despesas de funcionamento, onde se verificou uma diminuição de 6%.-----Em resposta às questões sobre as amortizações, lembrou que os SMAS têm uma gestão “semi-empresarial” dentro dos limites que não ofenda a sua vocação natural, que é o serviço público. Cada vez que fazem mais investimento, as amortizações vão aumentando, e neste exercício financeiro registaram o montante de €130.000.-----

-----Frisou que têm os cálculos dos valores que deveriam ser as tarifas reais, mas reconhecem que não podem aplicá-las, porque não se podem esquecer que são um serviço público, e a redução de custos só pode ser feita em termos de pessoal, mas as requisições também não são solução.-----Por último assegurou que os SMAS não têm qualquer crise financeira, os montantes que a Câmara transfere destinam-se a investimento e não para despesa corrente. No ano transacto já tinham pago os juros dos empréstimos e em 2007 pagaram os juros e amortizações, e no seu entender era este o caminho a seguir, mas quanto a ser auto-suficiente não seria nos anos mais próximos.-----

----O **Sr. Flores da Cunha** pediu a palavra para manifestar o seu desagrado, por o edil ter dito que a sua questão sobre os empreendimentos turísticos estava retardada. Disse que tendo presente o ponto em discussão, este era o local e a oportunidade para falar destes assuntos.-----Lembrou que começou a sua intervenção dizendo que achava justo o preço a pagar pelo empreendimentos turísticos, mas que este preço não estava

correcto em comparação com os consumidores domésticos e pequenos comerciantes, os quais pagam a taxa do contador que os utentes do empreendimento turístico não pagam.-----O membro *José Afonso* fez notar que

quando se fala em investimento há obra e presumia que se fala em mais clientes a serem facturados a seguir. Estava em desacordo que a verba de fornecimentos e serviços externos não tivesse aumentado.-----O Administrador *Sr. Sérgio Simões*

esclareceu que 90% da obra que o SMAS estão a levar a cabo, respeita a redes separativas que não implica mais clientes. Esclareceu novamente que houve aumento global da rubrica de fornecimentos e serviços externos, da qual se for retirada a facturação da Águas do Oeste, regista-se uma diminuição de 6% nas despesas de funcionamento geral.-----Terminadas as intervenções foi

dada a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* para prestar alguns esclarecimentos.-----

----Aludindo à intervenção do Sr. Flores da Cunha, esclareceu que disse que era uma discussão retardada apenas porque já a tinham tido e tinha sido esclarecida. Tinham que viver com factos, não bastava achar que o preço dos pequenos consumidores é injusto, e foi com cálculos que os SMAS chegaram à sua

decisão.-----Também não fazia sentido comparar uma tarifa fixa com uma tarifa escalonada assim como comparar o preço da disponibilidade do empreendimento turístico porque aqui não existe já que a disponibilidade é à porta do mesmo.-----Terminadas

todas as intervenções o Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino, submeteu à votação o ponto em discussão.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por maioria de 25 votos a favor, 12 votos contra e 4 abstenções os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Actividades, do ano de 2007, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----Anota-se que estavam presentes

na sala 41 membros.-----

**PONTO 5 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2008 – ORÇAMENTO /DESPESA E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;**-----

----Presente ofício número 5418, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9 de Abril, a remeter os documentos em título, que se consideram integralmente transcritos e encontram-se arquivados em



que seja bom e que continue a ser, para além da estabilidade dos auxiliares de acção educativa.-----O **Sr. Sérgio Jacinto** referiu-se os lugares a extinguir, dizendo que quase se poderá entender a extinção de cabouqueiros, cantoneiros, jardineiros etc atendendo a que a autarquia essencialmente se está a transformar numa prestadora de serviços. Tal como é entendimento dos Órgãos da Administração Pública, tornam-se prestadores de serviços e por isso mais fiscalizadores, mais reguladores e menos interventores.-----No entanto questionou a extinção de dois lugares de fiscal municipal, uma vez que a autarquia precisa cada vez de fiscalizar o cumprimento da lei, dos regulamento das posturas e de todos os outros normativos, que infelizmente, com a falta da fiscalização, cada vez mais são incumpridos.-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** sublinhou que as alterações ao quadro de pessoal em discussão não se traduzem na prática em acréscimo de despesa com pessoal. Traduzem o espírito de adequar o quadro aos novos desafios que se colocam à autarquia.-----Referenciou a legislação aplicável às relações laborais, que a administração pública deve ser escrupulosa cumpridora, e não faz sentido que haja contratos a termo para o exercício de funções que correspondem a necessidades permanentes.-----Por último salientou que não devem ser a favor da precariedade do emprego, e contratos a termo são uma forma de emprego precário.-----O membro **José Afonso** questionou se o lugar de coveiro a extinguir, decorre da passagem da gestão do Cemitério de São Miguel passar a ser competência da Junta de Freguesia ou se por haver pessoal a mais.-----Disse que para ele este quadro é um bom exemplo de estabilidade, e indicou que concordava com as alterações e votaria a favor, reforçando que este exemplo devia ser seguido pelo Governo Central.-----

----- O **Sr. João Bastos** começou por indicar que iria abster-se.-----Verificou a extinção de alguns quadros técnicos, dando como exemplo os técnicos superiores de Sociologia e Psicologia. Fez notar que não tinha conhecimentos em legislação de trabalho, mas tem presente que ultimamente as tendências das firmas e instituições é criar uma maior flexibilidade de acordo com as necessidades, e ainda que a legislação tem-se alterado com muita frequência.-----Disse que nada tem contra a criação de postos de trabalho, mas expressou algumas dúvidas quanto à criação de lugares vitalícios, que depois não há necessidade para aquela função e fica um quadro de pessoal demasiado extenso com lugares que não se sabe para que servem.-----Reforçou que é a favor de uma flexibilidade maior, e a legislação de trabalho actualmente permite contratos a prazo com uma maior

extensão. Não está a dizer que não sejam feitos os contratos com estas pessoas, mas se o contrato a prazo não será mais adequado do que entradas em massa para o quadro.

-----Terminadas todas as intervenções o **Sr. Presidente da Câmara** começou por abordar a questão dos lugares a extinguir, salientando o grande trabalho que foi levado a cabo pelas chefias, no sentido de reformular o quadro de pessoal. Neste caso concreto todos os lugares que constam a extinguir não estão preenchidos, e entendeu-se que com as alterações propostas o quadro ficaria estabilizado.-----Quanto à extinção do lugar de coveiro, esclareceu que não há necessidade de um novo coveiro, pelo que se partiu para um quadro mais real.-----No entanto salientou que assim como se está a extinguir lugares, também, em caso de necessidade, se pode propor nova alteração para fazer face a novas necessidades.-----Por último explicou que foi aberto concurso para fiscais, tendo o mesmo ficado deserto, e quanto ao coveiro e aos técnicos de Sociologia e Psicologia, são lugares que embora abertos já há algum tempo nunca foram preenchidos, e nem as chefias políticas nem as de serviço vêm necessidade de proceder ao seu recrutamento. -----Pedi o uso da palavra o **Sr. Flores da Cunha** para manifestar o seu acordo com o documento em discussão, e questionar se os 60 lugares de auxiliares de acção educativa seriam preenchidos através de concurso externo, e deste modo não se correria o risco de concorrerem pessoas que não estão em efectividade de funções e não ficarem colocadas as pessoas que estão a trabalhar. -----O **Sr. Presidente da Câmara** confirmou que os 60 lugares serão preenchidos mediante concurso público a nível nacional, cabendo ao júri a difícil tarefa de seleccionar os concorrentes.-----

-----Terminadas as intervenções, passou-se à votação do ponto em discussão.-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por maioria de 39 votos a favor e 2 abstenções a alteração ao Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Torres Vedras, nos termos da alínea o) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção.-----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

**MOÇÃO - 25 DE ABRIL — DEFENDER A LIBERDADE E A DEMOCRACIA:**-----

-----De seguida, o Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino**, leu a moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, a qual depois de ter sido retirada do Período Antes da Ordem do Dia que teve lugar em 18 de Abril, para se proceder a algumas alterações, pelos líderes dos Grupos Municipais não obteve consenso para o efeito. -----

-----Tomou a palavra o líder do Grupo Municipal do Partido Socialista, **Sr. José Augusto de Carvalho** para referir que a moção não apresenta as alterações que entende indispensáveis para a  
m e s m a                    s e r                    a p r o v a d a                    p e l o                    Ó r g ã o

